10º CONGRESSO DO SINTAEMA

SÃO PEDRO-SP, DE 3 A 5/12/2021

RESOLUÇÕES

10º CONGRESSO DO SINTAEMA

SÃO PEDRO-SP, DE 03 A 05/12/2021

ORGANIZAR A LUTA, DEFENDER A DEMOCRACIA

E RECONSTRUIR OS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA!

RESOLUÇÕES AO 10º CONGRESSO DO SINTAEMA

(Aprovadas na Plenária Final do Congresso, em 5 de dezembro de 2021)

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Pandemia, desigualdades sociais e resistência dos trabalhadores

O mundo do trabalho vive o pior dos mundos. A pandemia da Covid-19 só agravou o cenário de desigualdades sociais, desemprego, queda de renda, regressão trabalhista, desalento e falta de perspectivas – principalmente entre os mais jovens. A crise do capitalismo, que é prolongada, estrutural e sistêmica, ganhou contornos ainda mais trágicos com o novo coronavírus. Por outro lado, a pandemia acelerou o processo de mudança na geopolítica mundial, com o declínio relativo dos EUA e a ascensão de novas nações, com destaque para a China. A humilhação do império no Afeganistão, após 20 anos de ocupação criminosa e gastos de US$ 2 trilhões, é a prova mais recente dessa mutação do quadro internacional. O agravamento das contradições no capitalismo tem como consequência o aumento da resistência dos trabalhadores em todos os países. Greves, explosões de revolta e novas formas de confronto pipocam pelo mundo, mas ainda não conseguiram alterar a situação de defensiva estratégica da luta dos trabalhadores. Na América Latina, os povos voltam a se insurgir contra as oligarquias locais, aliadas dos EUA, obtendo expressivas vitórias na Bolívia, no Chile, no Peru – entre outras nações da nossa sofrida região. Esse cenário complexo, volátil e cheio de incertezas confirma que, para enfrentar a barbárie capitalista, é urgente investir cada vez mais na mobilização, na conscientização e na organização dos explorados. A humanidade corre sérios riscos sob a égide do capitalismo!

Estudo divulgado em fevereiro passado pela ONG Oxfam Internacional, intitulado "O vírus da desigualdade", confirma que a pandemia do novo coronavírus só agravou as desgraças que já vinham devastando a sociedade neste longo período de capitalismo destrutivo e regressivo. "O vírus expôs, alimentou e aumentou as desigualdades de renda, gênero e raça já existentes. Milhões de pessoas já morreram e centenas de milhões estão sendo jogadas na pobreza, enquanto os mais ricos – indivíduos e empresas – prosperam. As fortunas dos bilionários voltaram ao pico pré-pandêmico em apenas nove meses, enquanto a recuperação para as pessoas mais pobres do mundo pode levar mais de uma década... Estima-se que o total de pessoas que vivem na pobreza pode ter aumentado entre 200 milhões e 500 milhões em 2020", afirma o relatório. Entre março de 2020, quando a pandemia do novo coronavírus foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e o final do passado, os bilionários acumularam US$ 3,9 trilhões em riquezas. Apenas os dez maiores ricaços do planeta aumentaram em US$ 540 bilhões sua fortuna no período, segundo o ranking elaborado pela revista Forbes.

Nesse acelerado e brutal processo de regressão, os assalariados foram duramente atingidos – apesar da resistência do sindicalismo em vários países. Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), atualmente meio bilhão de pessoas estão desempregadas ou subempregadas no planeta. Os ataques do capital aos trabalhadores se deu em duas dimensões. No nível macro, a aplicação do receituário ultraneoliberal na economia resultou em demissões, arrocho salarial e retirada de antigos direitos trabalhistas. Estudos da OIT apontam que na maioria dos países os governos aprovaram "deformas" trabalhistas e previdenciárias e adotaram medidas autoritárias para conter a ação sindical, enfraquecendo a união e a resistência dos trabalhadores. Já no nível micro, das empresas, a reestruturação produtiva se intensificou com as novas tecnologias de informação. A pandemia da Covid-19 acelerou ainda mais o processo que já estava em curso de "uberização" do trabalho e do chamado home-office, com a individualização das relações no trabalho – uma nova modalidade de regulação, com jornadas maiores, salários menores e cortes de direitos.

Nessa nova fase regressiva e destrutiva do capitalismo, que concentra a riqueza e faz explodir a miséria, há uma combinação perversa entre o ultraneoliberalismo na economia, o fascismo na política e o obscurantismo nos direitos humanos. Há um processo de fascistização no mundo. O neoliberalismo aguçou as contradições do sistema, o que ampliou suas deformações e depravações, como aumento da violência urbana e do drama da imigração. Ele também fragilizou as instituições democráticas do

Estado, travou as mudanças mais progressistas na sociedade e fragmentou a capacidade de resistência dos trabalhadores. Esses fenômenos foram o caldo de cultura para o avanço de ideias ultradireitistas contra os imigrantes, em favor da necropolítica, do negacionismo na ciência, denunciado no caso da vacina contra a Covid-19, ao mesmo tempo em que diversos países financiam através do Estado recursos para o desenvolvimento de tecnologias altamente sofisticadas, tipo a indústria 4.0 (big data, inteligência artificial, internet das coisas, robótica, etc., que estão suprimindo parte da mão de obra dos trabalhadores e gerando novos desafios no mundo do trabalho) e equipamentos bélicos. É também o caso da rejeição das conquistas recentes contra o machismo e o feminicídio, o racismo, a discriminação religiosa, a discriminação contra a população LGBTQIA+, entre outros direitos civilizatórios. A eleição do neofascista Jair Bolsonaro no Brasil faz parte dessa onda reacionária internacional; não é um fator isolado. Isto explica a ascensão de figuras sinistras e patéticas, como Donald Trump (EUA), Boris Johnson (Reino Unido), Matteo Salvini (Itália), Marine Le Pen (França), Viktor Orbán (Hungria), Rodrigo Duterte (Filipinas), entre tantos outros.

A nossa América Latina sentiu o impacto dessa onda fascistizante. Após despontar como vanguarda na luta contra o desmonte neoliberal no planeta – como seus Fóruns Sociais Mundiais, greves urbanas, revoltas indígenas e camponesas e eleições de governos progressistas no início deste século –, nosso subcontinente sofreu uma devastadora regressão. Para bloquear as tímidas reformas sociais e implodir as iniciativas de integração regional – que barraram a Alca, reforçaram o Mercosul e criaram a Unasul, a Celac e outras instâncias de unidade latino-americana –, as oligarquias locais e o império ianque promoveram golpes judiciais-parlamentares-midiáticos em Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e Bolívia (2019). Na treva que se abateu na região, as forças da extrema-direita e da direita neoliberal também venceram eleições na Argentina, Uruguai, Equador, Paraguai, Chile, El Salvador, entre outros países da América Latina e Caribe. E o imperialismo seguiu apostando na desestabilização da Venezuela e de Cuba. Foi um tsunami reacionário, que resultou em desmonte dos Estados nacionais, em ataques aos direitos trabalhistas, em destruição de políticas públicas, na explosão de desemprego e da miséria e no avanço do autoritarismo, com o endurecimento das relações com o sindicalismo e os movimentos sociais. Anos sombrios, que finalmente começam a ser superados.

A luta de classes segue movendo o mundo. Na geopolítica internacional, há importantes mudanças em curso. Os EUA já não mandam e desmandam como antes. A potência imperialista está enfiada numa crise econômica sem precedentes, perdendo o papel de liderança no planeta. A sua hegemonia nas armas, no front militar, também sofre abalos, como ficou evidenciado após 20 anos de ocupação criminosa no Afeganistão. A degradação acelerada do império explica, inclusive, a eleição do fascista Donald Trump – um ser patético e grotesco –, o que só aumentou o isolamento dos EUA no mundo. A tentativa desesperada de manter o poder, com a violenta invasão do Capitólio – o congresso estadunidense – em janeiro passado, confirma o grau de degradação dessa nação decadente. O declínio relativo do imperialismo ianque tem relação direta com a ascensão de outras potências, em especial da China, no terreno econômico, e da Rússia, no campo militar. Esses e outros países estruturam projetos próprios de desenvolvimento nacional, alguns até com ingredientes socialistas, mas não se apresentam hoje como alternativa mundial ao capitalismo. Elas exploram as contradições e se desenvolvem no âmbito da própria economia capitalista. Essa profunda mudança na geopolítica mundial tende a aumentar as tensões em todos os terrenos – na briga econômica-comercial por mercados, nas interferências políticas em nações dependentes, nas aventuras militares e até na guerra tecnológica em torno do 5G. Essa alteração, com a crise sistêmica do capitalismo e o declínio relativo do império, gera turbulências e incertezas, mas, ao mesmo tempo, favorece a luta dos trabalhadores.

Apesar das dificuldades estruturais, decorrentes das profundas mutações no mundo do trabalho e da brutal ofensiva neoliberal contra o trabalho, os explorados resistem. No mundo inteiro, os trabalhadores estão em luta. Ela se expressa de diferentes formas e com distintas intensidades. Na Europa, as greves e mobilizações sindicais têm conseguido conter, minimamente, a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. Há ricas experiências de luta dos trabalhadores por aplicativos, dos "uberizados", inclusive com a conquista de alguns avanços na regulamentação desse trabalho. Essas lutas também têm sido decisivas para barrar a eleição de novos expoentes da extrema-direita europeia – como em Portugal, na Espanha e na Itália. Já nos EUA, houve uma explosão de protestos contra o racismo. O assassinato em maio de 2020, na cidade de Minneapolis, do trabalhador negro George Floyd – que

havia sido infectado com a Covid-19, fora demitido da sua empresa e morreu sob o joelho de um policial branco – foi o estopim de uma onda de revolta só vista nos anos 1960. A frase "não consigo respirar" virou o lema dos que lutam por uma vida digna, sem opressão e exploração. Essa massiva e radicalizada mobilização nas ruas foi decisiva para a derrota, nas urnas, do racista e negacionista Donald Trump. Ela ainda forçou o novo presidente dos EUA, Joe Biden, a abrir um debate na sociedade sobre o papel do Estado no enfrentamento da barbárie do "deus-mercado" e sobre a necessidade de novas normas contra o trabalho precário.

Na nossa América Latina, esse processo de luta também tem produzido resultados mais alvissareiros. Eles ainda são incertos e instáveis, mas apontam para uma tendência positiva no próximo período. Na Colômbia, o clima é insurrecional desde o ano passado. Os trabalhadores e a juventude erguem trincheiras em Bogotá e outros centros urbanos, enfrentam a violência policial e já derrotaram o plano de austeridade fiscal do presidente ultraneoliberal Iván Duque. No Chile, os constantes protestos de rua – inclusive durante o pico da pandemia – enfraqueceram o pinochetista Sebastian Piñera e resultaram no enterro histórico da Constituição herdada do ditador sanguinário Augusto Pinochet. O país enfrenta atualmente um processo eleitoral com candidaturas antagônicas. De um lado, o candidato ultraconservador José Antonio Kast e, de outro, o progressista Gabriel Boric. Na Bolívia, os povos indígenas derrotaram a oligarquia racista e o império ianque que deram o golpe em novembro de 2019 e mandaram para a cadeia a fantoche Jeanine Áñez e os generais golpistas. Dos protestos de rua às urnas, os explorados do nosso sofrido continente têm derrotado as forças da ultradireita neoliberal. Com todas as suas contradições, isso ocorreu no México, na Argentina, na Bolívia e, mais recentemente, no Peru – com a eleição do sindicalista e professor Pedro Castillo. Das trevas às luzes, a América Latina – que tem o Brasil como uma importante força – se levanta e volta a ter esperanças!

CONJUNTURA NACIONAL

Derrotar Bolsonaro para reconstruir o Brasil

Os trabalhadores estão vivendo um período de trevas no Brasil. Aumento assustador do desemprego, arrocho brutal de salário, retirada selvagem dos direitos trabalhistas. A pandemia do novo coronavírus, confirmada em março de 2020, só agravou um cenário que já era sombrio. Por sua postura negacionista e criminosa diante da Covid-19, que resultou até final de outubro em 600 mil mortes e milhões de sequelados, Jair Bolsonaro hoje é tratado como genocida nos fóruns mundiais. O Brasil virou um pária, ou seja, excluído, marginal, isolado internacionalmente em todos os terrenos – sanitário, econômico e social. Cenas de pessoas pegando ossos em açougues e comida em latas de lixo ou dormindo nas calçadas retratam a dramaticidade do período. O país, que já havia retornado ao "Mapa da Fome" no governo do golpista Michael Temer, agora bate recordes em vários índices de miséria. São 116,8 milhões de brasileiros com insuficiência alimentar – ou seja, que não sabem se farão mais de uma refeição ao dia; destes, 19,1 milhões passam literalmente fome. É um aumento de 54% no número de famélicos em relação a 2018, conforme levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede Penssan. Diante desse quadro adverso, os trabalhadores não desistem e resistem. A luta por vacina para todos, pelo auxílio emergencial de R$ 600, por políticas públicas de incentivo à economia e à geração de emprego, entre outras demandas, norteia na atualidade a atuação do sindicalismo e dos movimentos sociais. Para vingar, elas são emolduradas pela bandeira do Fora Bolsonaro. Ou o Brasil se livra desse presidente fascista, ou ele mata o país com sua necropolítica e seu desprezo aos trabalhadores! É urgente derrotar o vírus e o verme!

Todos os fóruns internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e as Nações Unidas (ONU), apontam o Brasil como uma das piores nações do planeta no enfrentamento ao novo coronavírus. Com 212 milhões de habitantes e mais de 600 mil mortos pela Covid-19, o país ocupa o segundo lugar no trágico número de óbitos – ficando atrás apenas dos EUA, que tem uma população de 330 milhões de pessoas e quase 700 mil mortos no final de outubro. Em terceiro lugar aparece a Índia – com 1,38 bilhão de habitantes e 450 mil óbitos no mesmo período. Por acaso, essas três nações gigantes estiveram sob o comando de governantes negacionistas, típicos fascistas – Donald Trump, Jair Bolsonaro e Narendra Modi. Apesar de ser reconhecido mundialmente pela excelência das suas

campanhas de vacinação e pelo trabalho heroico do Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil se atrasou criminosamente na compra dos imunizantes. Vários estudos científicos – como o chefiado pelo epidemiologista Pedro Hallal, pesquisador da Universidade Federal de Pelotas (RS) – confirmam que mais de 400 mil vidas poderiam ter sido salvas caso a vacina fosse aplicada no tempo certo. Além da demora na imunização, o país presenciou cenas macabras de hospitais sem oxigênio e sem aparelhos de respiração, de pessoas sendo intubadas sem os remédios e anestésicos necessários, de valas comuns em cemitérios, de planos privados de saúde tratando seus pacientes como cobaias humanas – relembrando os campos de concentração nazista.

A barbárie durante a pandemia é tanta que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, instalada no Senado em abril deste ano e batizada de CPI do Genocídio, indiciou Jair Bolsonaro, muitos capachos do governo e vários empresários inescrupulosos – como Luciano Hang, o "Véio da Havan", e os sócios da Prevent Senior, onde "óbito também é alta" – por vários crimes previstos na legislação brasileira. O relatório final da CPI, aprovado no dia 26 de outubro de 2021, atribui mais nove crimes ao atual presidente da República, que só não sofreu impeachment porque se aliou aos políticos pragmáticos do Centrão, cedendo cargos públicos e milhões de reais em emendas parlamentares, tirando direitos dos trabalhadores e atendendo aos interesses do grande Capital. Em não sendo mais presidente, o fascista poderá ser preso por liderar a maior mortandade da história recente do Brasil. Ele ainda deverá ser julgado no Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia/Holanda, por crimes contra a humanidade. No cômputo geral, sua gestão na pandemia misturou incompetência gerencial, principalmente no período do general Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde; com genocídio premeditado, expresso na tese anticientífica da imunidade de rebanho via infecção; e com lucro macabro, escancarado nas tentativas de propina na compra da vacina indiana Covaxin ou na ação de planos de saúde, como a Prevent Senior e a Hapvida. O negacionismo teimoso do presidente-capitão – que tratou o coronavírus como "gripezinha", "histeria da mídia" e "coisa de maricas", que serviu de garoto propaganda de remédios ineficazes, como a cloroquina e a ivermectina, e que agiu contra o uso de máscaras e de medidas de isolamento social – só confirmou sua postura criminosa, sua opção pela necropolítica, sua falta de empatia com o sofrido povo brasileiro.

Além das centenas de milhares de mortos e de milhões de sequelados, o péssimo enfrentamento à pandemia da Covid-19 também resultou em efeitos econômicos e sociais ainda mais danosos ao Brasil na comparação com outras nações do mundo inteiro. Enquanto governantes de vários países arquivavam os dogmas neoliberais e aplicavam bilhões de dólares para reanimar suas economias, o "austericídio fiscal" do ministro Paulo Guedes levava à falência quase 600 mil empresas no período, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de setembro último. No final de 2019, antes da pandemia, o país tinha 4,369 milhões de estabelecimentos; já no segundo trimestre de 2021, o número despencou para 3,788 milhões – baixa de 13,3% ou 581,3 mil empresas a menos. Essa quebradeira agravou ainda mais o quadro de desemprego no país. Neste período, o número de empregados no setor privado caiu 10,1% – de 44,7 milhões para 40,2 milhões. A redução foi de 4,5 milhões de vagas. A tragédia social só não foi maior graças ao auxílio emergencial de R$ 600, que foi aprovado a partir da pressão do movimento sindical e da bancada progressista no Congresso Nacional. Totalmente insensível, a equipe econômica do governo não tinha previsto qualquer benefício e, quando forçada, aceitou conceder apenas R$ 200 em três parcelas. Por outro lado, o ministro Paulo Guedes liberou R$ 1,2 trilhões para os bancos em nome do socorro das pequenas empresas que não foram alcançadas pelas burocracias e falta de incentivos, ficando assim este valor para a especulação financeira. A condução desastrosa do país teve efeitos destrutivos na vida dos trabalhadores. Todos os indicadores pioraram. O desemprego aberto, que já era alto antes da pandemia, explodiu e vitimava quase 15 milhões de brasileiros em meados de 2021 – cerca de 14% da População Economicamente Ativa (PEA). Na juventude, a situação é ainda mais desesperadora e sem perspectiva. Entre os jovens de 18 a 24 anos, o desemprego atingiu 27,1% em agosto último. A renda também despencou. Através de planos capengas e parciais, o governo repôs uma parcela ínfima do salário dos trabalhadores que tiveram suas jornadas reduzidas ou seus contratos suspensos na pandemia. Na média nacional, o rendimento dos assalariados com registro em carteira no setor privado e público diminuiu 20%; no caso dos autônomos, a queda foi ainda mais acentuada, de 40%.

A pandemia também acelerou a precarização do trabalho. O patronato aproveitou a crise para

promover processos de reestruturação produtiva que ceifaram empregos, renda e direitos. Houve a intensificação do trabalho por aplicativos, do home-office e de outras mutações com base na tecnologia da informação. A "uberização", como fenômeno do trabalho sem direitos e massacrante, cresceu sem qualquer controle ou regulamentação. O trabalho remoto é utilizado pelas empresas para sabotar a legislação, alongar jornadas e intensificar a exploração. As denúncias de aumento da jornada por parte de trabalhadores em home-office aumentaram 4.205% em 2020. Muita gente hoje está disponível 24 horas por dia para ser explorado; novas doenças crescem no mundo do trabalho, como a depressão e a Síndrome de Burnout, que é o distúrbio emocional decorrente da exaustão extrema, estresse e esgotamento físico. A informalidade está virando regra no Brasil. Segundo o IBGE, já são quase 25 milhões de trabalhadores por conta própria. O patronato também aproveitou a pandemia para rebaixar os salários. Segundo balanço de julho último do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas), 54% dos reajustes obtidos pelos sindicatos nas datas-bases ficaram abaixo da inflação. Só 16,5% dos acordos conquistaram ganhos reais. Esse arrocho fica ainda mais grave em função da alta da inflação no último período, que atinge principalmente os alimentos, a energia elétrica e os combustíveis. Nessa onda da precarização, o governo tentou impor a chamada "carteira verde e amarela" e uma minirreforma trabalhista. Ambas visavam eliminar direitos – principalmente da juventude, com a extinção das férias e do 13º salário –, mas foram barradas temporariamente graças à pressão do sindicalismo. Já no setor público, o governo segue tentando aprovar a Proposta de Emenda Constitucional da reforma administrativa – a PEC 32, também batizada de "PEC da rachadinha" –, que acaba com a estabilidade e as carreiras no funcionalismo, estimula a privatização e a terceirização e degrada a qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

Todos esses retrocessos, esse período de trevas, decorrem de um contexto mundial e nacional de defensiva estratégica da luta dos trabalhadores, de hegemonia da agenda neoliberal do capitalismo. Esse processo foi agravado na fase recente com a combinação perversa de ultraneoliberalismo na economia, de fascismo na política e de obscurantismo nos direitos civilizatórios. Está em curso no mundo uma brutal ofensiva do capital contra o trabalho, uma onda fascistizante. O Brasil é um dos epicentros dessa regressão. O nosso país tem sido palco de uma sucessão de golpes contra os trabalhadores. Em 2016, com a falsa justificativa das pedaladas fiscais, um golpe travestido de impeachment derrubou a presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente pela maioria dos brasileiros. Logo na sequência, o traíra Michel Temer impôs uma "deforma trabalhista", que retirou vários direitos, sabotou a Justiça do Trabalho e asfixiou financeiramente as entidades sindicais. Ele ainda impôs o golpe da "PEC da Morte", que congelou por 20 anos investimentos em saúde, educação e outras áreas sociais com o único propósito de reservar recursos para os abutres financeiros. Essa escalada antidemocrática – que ainda teve como um de seus capítulos a prisão arbitrária do ex-presidente Lula por 580 dias – abriu brechas para a ascensão do fascismo no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro. O ex-capitão do Exército (que foi expulso da corporação após planejar ações terroristas) e ex-deputado (com 28 anos de baixo clero e de políticas fisiológicas) chegou ao poder com um discurso mentiroso do combate à corrupção, à violência urbana e ao desemprego. O saldo do seu governo, porém, é um desastre em todos os quesitos – na questão ética, com suas "rachadinhas" e propinas do Ministério da Saúde, entre outros crimes; na questão da segurança pública, com o aumento da violência que aterroriza a sociedade; e na economia, com a explosão do desemprego e a queda do Produto Interno Bruto (PIB). Desde o golpe contra Dilma Rousseff, o Brasil despencou de sexta para 13ª economia no mundo, uma queda vertiginosa.

Mas não há mal que dure para sempre. Aos poucos, o desgoverno de Jair Bolsonaro vai se desmoralizando e ruma para a debacle. O "capetão" caminha para o inferno. A sua queda de popularidade é sentida em todas as pesquisas recentes de opinião pública. Cerca de 30% dos brasileiros ainda apoiam sua gestão; apenas uns 20% dizem acreditar no que ele fala; e menos de 12% constituem o chamado "bolsonarismo hard", dos seguidores fanáticos e partidários do ódio fascista. Com o agravamento da crise econômica, a alta do desemprego e a explosão da inflação, estes índices negativos devem seguir em alta. As fake news disparadas pelo presidente, como forma de desviar a atenção e alimentar seu gado, não servem mais para estancar sua perda de prestígio. Bolsonaro também se isola em todos os terrenos. Com seu espírito autoritário, ele comprou briga com governadores e prefeitos, membros do Poder Judiciário – em especial com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) –, líderes da Câmara Federal e do Senado, setores da mídia, comunidade científica, intelectualidade e artistas, entre outros setores da sociedade. Ele também virou um pária no cenário internacional. Após a derrota do

seu "mito" Donald Trump, o falso patriota brasileiro – que bate continência para a bandeira dos EUA – ficou órfão. Nenhum líder mundial de prestígio o apoia, ninguém deseja posar com ele para fotos. Esse isolamento inclusive já tem impacto na esfera econômica-comercial, afugentando capitais externos do Brasil – conforme apontou reportagem do jornal britânico Financial Times, a bíblia do capital financeiro mundial, de outubro passado.

Em função dos crimes de responsabilidade cometidos em sua gestão, Jair Bolsonaro ainda pode sofrer impeachment. Há mais de 130 pedidos nesse sentido que só não avançam devido aos acordos – recheados de cargos públicos e emendas parlamentares – firmados com Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados e cacique do Centrão. Caso isso não ocorra e as regras democráticas não sejam novamente estupradas, o ultradireitista tende a sofrer fragorosa derrota nas eleições presidenciais de 2022. A mídia até especulou que ele poderia desistir da sua reeleição para evitar o vexame. Em ambos os casos, de impeachment ou derrota nas urnas, o presidente e seus três filhotes correm o risco de ir para a cadeia. A fera acuada, porém, é perigosa. O capitão tem no DNA o fascismo e nunca escondeu o seu desejo de promover um autogolpe e impor uma ditadura sanguinária no Brasil. Depois do vexatório desfile de tanques em Brasília, usado para intimidar o parlamento no dia da apreciação do voto impresso, ele fez um novo ensaio golpista nos atos milionários do 7 de setembro. Ambos, porém, deram zebra e acabaram isolando ainda mais o presidente. O valentão teve de assinar uma "carta de arrego" e dar telefonemas acovardados. Mas o recuo pode ser apenas temporário. A exemplo do ídolo Donald Trump, com sua ação terrorista no Capitólio dos EUA, o fascista nativo não desistirá do poder – até para salvar sua pele e de seus filhotes. Para isso, ele conta com o apoio das milícias, de falsos pastores e de fanáticos bolsominions. Seu laranjal ainda tem como pilares de sustentação o "partido dos generais" – que hoje se locupleta com mais de 6 mil cargos e com vultuosos "soldos" – e setores da "elite" burguesa, favorecida com a "boiada passando", contra as leis trabalhistas e o meio ambiente, facilitando as privatizações e outras benesses. Não dá para se iludir. A luta em defesa da democracia e pelos direitos dos trabalhadores será encarniçada nos próximos meses. Exigirá muita combatividade, espírito unitário e inteligência política.

Apesar de todas as dificuldades decorrentes dos violentos golpes do capital contra o trabalho, o sindicalismo brasileiro tem demonstrado compromisso com a classe trabalhadora e muita capacidade de resistência. Na luta contra o fascismo, as centrais sindicais se uniram em torno da bandeira do Fora Bolsonaro e organizaram, desde junho de 2020, expressivos protestos em centenas de cidades brasileiras. No enfrentamento à pandemia da Covid-19, elas promoveram campanhas de solidariedade e exigiram "vacina para todos", auxílio emergencial de R$ 600 e planos de geração de emprego e renda. No combate aos retrocessos neoliberais, os sindicatos conseguiram barrar a minirreforma trabalhista no Senado e estão mobilizados e unidos na luta contra a reforma administrativa, a PEC 32 (que facilita o esquema de rachadinhas). A mobilização também prossegue contra as privatizações do Eletrobras, dos Correios e de outras estatais estratégicas para o desenvolvimento nacional. Os tempos ainda são de trevas fascistizante e neoliberais, mas ventos favoráveis à luta dos povos já sopram com mais força. Nesse processo, o Sintaema tem dado sua contribuição, apostando sempre na luta e na unidade da classe pelos anseios imediatos e futuros dos trabalhadores.

Os impactos da crise política e econômica na vida dos aposentados e pensionistas

Segundo dados do IBGE de 2020, os aposentados somam cerca de 30,7 milhões da população brasileira. Esta categoria representa uma parcela significativa para a sociedade e para economia interna do país.

No período de 2003 a 2014 os aposentados tiveram conquistas importantes, tanto do ponto de vista social quanto econômico, comparando-se a períodos anteriores, impactando diretamente na qualidade e aumento da expectativa de vida. Entre essas conquistas podemos citar:

- Criação do Estatuto do Idoso, em 2003, para regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos;
- Compromisso Nacional para Envelhecimento Ativo, em 2013 – conjunto de iniciativas que têm como objetivo incentivar as cidades a promover ações destinadas ao envelhecimento

ativo, saudável, sustentável e cidadão da população idosa, principalmente das pessoas mais vulneráveis economicamente;

- Direito ao passe-livre para as pessoas idosas (a fim de garantir a mobilidade urbana e promover acessibilidade a direitos básicos como saúde, lazer e cultura).

Nos últimos sete anos, os direitos dos trabalhadores vêm sofrendo duros golpes. Iniciou com as nefastas reformas trabalhista e da Previdência, na esfera federal, estadual e municipal, e nos setores privados e públicos. Essas reformas impactam profundamente não somente na vida dos trabalhadores ativos como também dos que já estão aposentados, refletindo na qualidade de vida física, financeira e social.

Os ataques a esses direitos não param por aí. Com a chegada da pandemia da Covid-19 no Brasil, os direitos das pessoas idosas são novamente ameaçados – quando o presidente da República e sua equipe de governo demoraram a comprar vacinas para o povo; quando incentivou a população a não usar máscaras; quando promoveu aglomerações, que, com certeza, contribuíram para o aumento da contaminação pelo vírus e morte da população, principalmente desta faixa etária.

Os direitos da classe trabalhadora não são permanentes, mesmo para os que já estão aposentados. Porém, nós, do Sintaema, continuaremos com o firme propósito de seguirmos avante motivados, para que possamos vencer os desafios com muita garra e luta.

CONJUNTURA ESTADUAL

O "tucanistão" e a decadência de São Paulo

O estado de São Paulo, que já foi conhecido como a "locomotiva do Brasil", atualmente é chamado pejorativamente de "tucanistão". Desde janeiro de 1995, quando Mario Covas tomou posse como governador, o PSDB manda e desmanda na principal unidade da federação – revezando-se no poder com Geraldo Alckmin, José Serra e, hoje, João Doria. Nesse longo período de 26 anos, São Paulo empacou e colecionou dados alarmantes sobre baixo crescimento econômico, quebradeira de empresas, desindustrialização, desemprego e informalidade, miséria social, redução do papel indutor do Estado, entre outras várias chagas. Os tais "modernizadores tucanos", adeptos do receituário neoliberal, mostraram-se incompetentes e afundaram o estado de São Paulo. Com uma população que representa 22% dos 211 milhões de brasileiros e uma extensão de 2,9% do território nacional, o estado ainda possui o maior PIB per capita do país, mas 1/3 da sua força de trabalho recebe até meio salário mínimo e a economia sofre declínio acelerado ano após ano. Em um extremo, a residual minoria dos ricaços da Faria Lima, dos rentistas e dos agronegócios; no outro extremo, os milhões de excluídos e de jovens sem perspectiva.

A pandemia da Covid-19, que teve o seu primeiro registro de óbito em março de 2020 na capital paulista, só agravou esse cenário devastador. Apesar do discurso marqueteiro do governador João Doria, as medidas de isolamento social e de amparo aos mais necessitados foram tímidas. Graças ao Instituto Butantan, que o novato tucano planejava privatizar no início da sua gestão, a parceria com a indústria chinesa Sinovac resultou na vacina, a Coronavac, que já salvou milhões de vidas no Brasil. Mas esse mérito não pode ser usurpado oportunisticamente pelo gestor do PSDB, nem pode esconder os graves erros cometidos nesta pandemia. Segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio (CNC), no ano passado, 20 mil lojas foram à falência em São Paulo. Diante do genocídio protagonizado por Jair Bolsonaro, que reduziu o valor do auxílio emergencial e empurrou milhões de trabalhadores para os transportes lotados e para as concentrações públicas, João Doria anunciou o seu "Bolsa do Povo" prometendo R$ 1 bilhão em ajuda às famílias mais necessitadas. Na prática, porém, era mais uma peça de publicidade. Cerca de R$ 600 milhões provinham de programas sociais já existentes e outros R$ 400 milhões foram realocados da área da educação, sobretudo do Centro Paula Souza. A miséria tomou conta das ruas da capital e dos centros urbanos no interior, elevando o número de moradores de rua e despejados.

Apesar de todo o esforço e gastos marqueteiros, o governador do PSDB não conseguiu ludibriar

a população paulista. Pesquisa Datafolha divulgada em setembro último mostra que apenas 8% dos moradores de São Paulo afirmam "sempre confiar nas declarações de João Doria" – índice pior dos que ainda acreditam no genocida Jair Bolsonaro (que é de 15%). Segundo a sondagem, 48% dizem acreditar "às vezes" no gestor paulista, enquanto 44% nunca dão credibilidade às falas do tucano. A mesma pesquisa apontou que a reprovação do seu governo atinge 38% no estado, enquanto somente 24% o aprovam e 38% consideram a gestão regular. A total desconfiança é plenamente justificável, já que João Doria mentiu inúmeras vezes durante a pandemia e, inclusive, adotou posturas elitistas que indignaram a sociedade – como quando viajou a passeio para Miami, nos EUA, ou foi flagrado sem máscara tomando sol na piscina de um luxuoso hotel no Rio de Janeiro. Antes do novo coronavírus, o velhaco tucano já havia demonstrado todo o seu oportunismo político ao descumprir a promessa de exercer a função de prefeito da capital paulista por quatro anos (ficou no cargo por apenas um ano e três meses) e ao trair seu criador, o ex-governador Geraldo Alckmin, e vestir a camiseta do "Bolso-Doria" na disputa pelo Palácio dos Bandeirantes em 2018. Vaidoso, ambicioso e desleal, o ricaço João Doria sempre foi um carreirista, com suas posições de direita e totalmente avessas ao povo. Ele é um típico representante da oligarquia paulista, ávida e sem escrúpulos. Por razões eleitoreiras, ele hoje faz oposição ao "capetão" Jair Bolsonaro, mas tem o fascismo no seu DNA.

O "tucanistão" de São Paulo, porém, parece estar com seus dias contados. Todas as pesquisas eleitorais apontam para as enormes dificuldades do PSDB em 2022. Após o fiasco de Geraldo Alckmin em 2018, quando a fartura de tempo na TV e de recursos na campanha resultou em apenas 4,76% dos votos no Brasil, agora é João Doria que não decola na disputa presidencial. Nas prévias internas da sigla, as bicadas são sangrentas. Nessa crise no ninho, o tucanato finalmente pode perder a hegemonia também em São Paulo. É visível a fadiga de material com o PSDB no Estado. O candidato de proveta do atual governador à sua sucessão, o ex-demo Rodrigo Garcia, está empacado nas pesquisas. Ele não conseguiu sequer empolgar o próprio partido, que está rachado e sofre defecções – como a do ex-governador Geraldo Alckmin, que hoje se vinga do filhote que o traiu. Há chances concretas de São Paulo iniciar uma nova fase na sua história, superando o período de trevas e retrocessos imposto pelos neoliberais nas mais ricas unidades da federação. Não dá para se omitir nessa batalha eleitoral que definirá o destino de milhões de trabalhadores. O sindicalismo terá papel decisivo nessa disputa estratégica.

É preciso superar a desgraceira do prolongado reinado tucano. Ela está presente em vários quesitos. Vale destrinchar alguns setores. Na saúde, por exemplo, a pandemia da Covid-19 só escancarou os graves problemas já existentes. Não é para menos que doenças que deveriam estar extintas seguem ativas – como a leptospirose, que matou 43 pessoas no ano passado. Já a dengue teve um crescimento assustador de quase 3.000% em 2019 – antes do coronavírus. Apesar desse quadro de anomalia, o governo reduziu os investimentos na saúde. Reportagem da Folha de S.Paulo de 13 de setembro de 2021 mostra que os gastos "com obras, compra de equipamentos e outras melhorias que não incluem as despesas fixas – como pagamento de salários e aposentadorias e desembolsos com custeio em geral" – foram cortados durante a gestão de João Doria. Entre 2011 e 2018, nas gestões de Geraldo Alckmin, "a média anual de investimentos feitos pela Secretaria da Saúde foi de R$ 1,054 bilhão, em valores corrigidos. Nos dois primeiros anos do governo Doria, essa média caiu para R$ 811 milhões – quantia 23% menor", informa o jornal. O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) alerta para as consequências danosas dessa redução. "Se a gente está assim agora, imagina com a progressiva incorporação de mais pessoas dependentes do SUS. Com aumento de sequelas pós-pandemia, a demanda represada, as cirurgias eletivas. A gente atualizou o conceito de colapso", enfatiza o presidente da entidade.

Já na área da educação, o cenário é desolador. O autoritário João Doria nunca respeitou os trabalhadores do setor e as entidades sindicais da categoria. Em pleno repique da pandemia, no início deste ano, o governador impôs a volta às aulas presenciais, o que gerou um aumento acelerado de infectados, hospitalizados e mortos – inclusive de menores de idade. Segundo a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), o desmonte no setor é antigo. A categoria não tem aumento salarial há 12 anos. Ela, que já teve o quarto melhor salário do país, atualmente está na 16º posição. A terceirização é hoje uma triste realidade em todos os níveis de ensino – desde o programa

Primeira Infância, que destina verba pública a 37 mil vagas em creches privadas. O governo também tem promovido mudanças curriculares que destroem conteúdos democráticos, impõe o projeto de escola integral que reduz direitos dos docentes e incentiva o modelo autoritário da escola cívico-militar. Além disso, ele tem firmado contratos milionários com a iniciativa privada, como plataformas digitais, editoras e ONGs mercantilistas.

Mesmo no setor da segurança pública, tão papagaiado pelo tucano-fake como uma vitrine do seu governo, a situação é trágica. Assaltos e homicídios seguem em alta. O estado tem o maior contingente policial do país, mas convive com cenas cruéis de violência – como na chacina que matou nove jovens em Paraisópolis, na Zona Sul da capital. A morte já faz parte da rotina do trabalhador pobre, preto e periférico. Segundo dados da própria Ouvidoria das Polícias, a PM paulista mata, em média, uma pessoa a cada 12 horas. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), 33,1% dos assassinatos que acontecem no estado são cometidos pela Polícia Militar.

Na área de saneamento e meio ambiente, o estado, como sempre, não investiu nem perto do que era necessário. No transporte público, pouco se avançou na malha metroviária. As obras do Metrô Linha Ouro, da Linha 6-Laranja e Linha 4-Amarela foram abandonadas pelos consórcios privados; algumas ficaram paralisadas por mais de ano. O processo criminoso de privatização do Metrô segue em curso, como na entrega das bilheterias da Linha 5. O caos no setor é total. Pesquisa recente feita pelo Senac comprova que 33% dos paulistanos gastam mais de duas horas para se deslocar ao trabalho. Já o déficit habitacional da unidade mais rica da federação, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, é da ordem de 1,8 milhão de domicílios. A fila da moradia popular na capital ultrapassa 1 milhão de inscritos. João Doria, dono de várias mansões – algumas delas inclusive denunciadas por atraso no pagamento do IPTU –, cortou pela metade o orçamento da habitação e em 13% do orçamento de assistência social.

Na prática, o governador elitista de São Paulo, que fez fortuna como lobista de ricaços, têm aversão aos trabalhadores, às camadas populares. Que o diga o funcionalismo público, tratado com total desprezo. O tucano bancou na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) um projeto de Reforma da Previdência que eleva a idade mínima para 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) – aumentos de sete e cinco anos, respectivamente –, e amplia a alíquota previdenciária de 11% para 14%. Na reta final do seu mandato, João Doria ainda enviou à Alesp o Projeto de Lei Complementar 26, que enfraquece o serviço público e abre brecha para mais privatizações, recentemente aprovada. Em plena pandemia, a relação do governador com o funcionalismo é de terror, como aponta um balanço produzido pela Rede Brasil Atual no final de setembro. “Professores, profissionais da saúde e outros servidores públicos vivem há um ano e meio uma rotina de medos, desafios e muita coragem para enfrentar a Covid-19. O reconhecimento vem de todos os lados, mas não do governo do estado de São Paulo, que retira direitos de quem está na linha de frente do sistema de saúde, nas escolas tentando fazer a educação chegar aos alunos, ou encarando os problemas agravados pelo coronavírus no sistema prisional”. De acordo com o Sindicato dos Servidores da Saúde (Sindsaúde-SP), o recém-aprovado PLC-26 prevê inclusive acabar com o reajuste do adicional de insalubridade dos profissionais da área – que estão na linha de frente do combate ao coronavírus. “Entre diversos pontos prejudiciais, o PLC acabará com a estabilidade, os concursos públicos e os direitos dos servidores. O que está em curso é a destruição do funcionalismo no Estado de São Paulo. Desta forma, poderá haver uma evasão de servidores, prejudicando a população”, alerta a Apeoesp. No setor de meio ambiente, em especial, os trabalhadores da Cetesb e da Fundação Florestal estão há vários anos sem reajuste de salário e passam por um processo brutal de sucateamento das suas condições de trabalho.

O projeto de desmonte dos serviços públicos, do Estado-Mínimo, faz parte do ideário neoliberal do PSDB desde a sua fundação em 1988. As privatizações – também apelidadas de privatarias – são uma marca do tucanato, desde FHC até os governadores e prefeitos da sigla. Antes mesmo de ingressar no partido, João Doria já era um privatista radical, um ultraneoliberal. Ao se apossar do Palácio dos Bandeirantes, ele anunciou 220 projetos de privatizações, incluindo setores essenciais para a infraestrutura, como o Metrô, estradas e aeroportos, até áreas de administração do Estado, como a Prodesp. Até o Instituto Butantan, hoje exibido de forma demagógica pelo governador marqueteiro, estava no plano de venda – que ainda previa cortes de investimentos públicos em ciência, com a precarização

de universidades, laboratórios e institutos de pesquisa estaduais, como a Fapesp. Com a aprovação na Alesp do Projeto de Lei 529, o governo planeja privatizar até maio de 2023, entre outras, a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Sancionada em outubro de 2020, a lei oriunda do PL-529 autoriza a demissão de 5 mil funcionários. O argumento usado para iludir os ingênuos é de que a privatização serviria para melhorar a qualidade dos serviços. Pura falsidade, comprovada pelo péssimo atendimento prestado em várias áreas por empresas privadas. Outra justificativa é de que a venda do patrimônio ajudaria a sanear os cofres do estado. Outra mentira para enganar os inocentes úteis e inúteis. Em 1997, a dívida pública era de aproximadamente R$ 100 bilhões, em valores reajustados. Já o orçamento vigente para 2021 apresenta um endividamento bruto de R$ 312 bilhões – sendo que a previsão de arrecadação é de R$ 246 bilhões. Ou seja, o PSDB faliu o estado de São Paulo!

Além das privatizações, o tucanato a acelerou a terceirização dos serviços públicos. Desde a aprovação da Lei das OS's (Organizações Sociais) na gestão de Mario Covas, em 1998, vários setores essenciais foram terceirizados, como na saúde. A rede hospitalar e ambulatorial de São Paulo está, hoje, com 50% dos seus serviços sob administração das OS's, com um orçamento de R$ 5,8 bilhões sob comando da avarenta iniciativa privada. João Doria também iniciou a implantação das chamadas "Escolas Charter", mantidas com recursos públicos, mas geridas por corporações empresariais. Nesse modelo importado dos EUA, o objetivo é o lucro e a educação vira uma mercadoria, cada vez mais elitizada! Com o objetivo de favorecer o setor privado, o lobista que governa o estado abriu mão de arrecadar impostos dos ricaços. Só com isenções do ICMS – um imposto vital para o financiamento da educação, saúde, habitação e outros serviços públicos essenciais –, o estado deixará de contar neste ano com R$ 47,9 bilhões, uma redução de 32,1% na arrecadação.

Nesse prolongado processo de entrega do patrimônio público, com suas privatizações, terceirizações e outros golpes, a roubalheira costuma correr solta. O tucanato nunca permitiu qualquer investigação sobre as denúncias de corrupção. A falta de transparência é total em São Paulo. Com maioria na Alesp, os governistas sabotam qualquer proposta de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Já o Judiciário paulista mantém uma relação umbilical e antiga com o PSDB. Em meados de setembro de 2021, conforme noticiou sem maior alarde o jornal Folha de S.Paulo, "uma manobra de aliados do ex-governador Geraldo Alckmin e do atual governador, João Doria, ambos do PSDB, travou a instalação de uma CPI, na Assembleia Legislativa, que investigaria suspeita de corrupção nas gestões tucanas. À espera da instalação desde 2019, quando João Doria assumiu o governo, a CPI da Dersa (estatal paulista de rodovias) estava prevista para ser iniciada no começo deste ano". Foi mais uma das incontáveis investigações sabotadas em São Paulo nos últimos 26 anos. O jornal lembra que "outra CPI prejudicial ao governo – que foi instalada, mas não começou a funcionar – é sobre eventuais irregularidades na concessão de benefícios fiscais. A comissão teria o objetivo de fiscalizar a renúncia de receita de R$ 115 bilhões em dez anos. Diversos benefícios fiscais estão sob sigilo". Enquanto nada é apurado, o marqueteiro João Doria se apresenta como presidenciável com o disfarce de representante da "ética". Haja cinismo!

SANEAMENTO

Água e saneamento são direitos humanos fundamentais!

Água não é mercadoria. Água é vida!

A Resolução da ONU 64/292, de 28/07/2010, estabeleceu que "o acesso à água limpa e segura e ao saneamento básico são direitos humanos fundamentais". Segundo estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), uma criança morre no mundo a cada 2,5 minutos devido a problemas relacionados com a falta de água potável e ao saneamento ineficiente. Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), para cada R$ 1 investido em saneamento, há uma economia de R$ 4 em saúde. Assim, os efeitos do aumento da oferta de saneamento básico são um forte vetor de desenvolvimento para os cidadãos mais vulneráveis (HELLER; CASTRO, 2013).

Fazer com que a resolução 64/292 da ONU seja cumprida é dever do Estado. Segundo Silva E.A.,

de Sousa Moretti R. (2021), "o setor público tem um papel fundamental a desempenhar para que se alcance o acesso universal à água, saneamento e higiene, e requer a participação do governo em todos os níveis. Independentemente das formas de prestação dos serviços, o planejamento, a regulação, a fiscalização dos serviços e a definição das tarifas não podem ser repassados ao setor privado"

A expressão "saneamento básico" está prevista na Constituição Federal do Brasil em três passagens. A primeira delas se encontra no art. 21, XX, que atribui à União a competência para "instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos". A segunda referência está no art. 23, IX, que prevê ser competência comum da União, estados, Distrito Federal e municípios a promoção de "programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico". Por fim, o art. 200, IV, dispõe que compete ao Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da lei, "participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico".

A OMS, no seu trabalho "Diretrizes sobre Saneamento e Saúde", entende o saneamento básico como um dos critérios para aferir os níveis de desenvolvimento social de um país e relaciona o índice de cobertura desse serviço com a saúde, a dignidade humana e o bem-estar da população. A definição da OMS encontra base na Constituição Federal, no seu artigo 6º, que, ao tratar o saneamento básico como um tema de saúde, permite-nos considerá-lo como direito fundamental protegido pela Carta Magna e reafirmado no seu artigo 23, inciso IX, já acima citado.

Na difícil situação pela qual passa nosso país, sob aplicação de um projeto de "liquidação do Estado", sucateamento dos serviços públicos, com o claro objetivo de justificar sua entrega ao setor privado e a "transferência" das riquezas do país ao capital privado, principalmente ao capital internacional, o saneamento torna-se mais uma commodity a ser vendida.

Na contramão do que acontece no resto do mundo, que, em geral, passa por um processo de reestatização dos serviços de saneamento em grandes e importantes cidades como Paris, Berlim, Buenos Aires, entre outras, o Brasil lança mão de vultuosos esforços para modificar a legislação que regulamenta o setor, com o objetivo de passar à iniciativa privada a operação e consequentemente o poder de decisão, por exemplo, da política de investimentos e outros aspectos importantes desse serviço essencial à vida e à saúde da população.

Por fim, destacamos que tramita na Câmara dos Deputados a PEC 6/21, a "PEC da Água Potável", que recebeu o número 4/18 no Senado. Ela inclui no artigo 5º da Constituição Federal que "é garantido a todos o acesso à água potável em quantidade adequada para possibilitar meios de vida, bem-estar e desenvolvimento econômico". Nesse momento, pressionamos os deputados e deputadas a pautarem e aprovarem a PEC 6/21. Sua aprovação será um passo importante na luta em defesa do acesso à água como direito.

Saneamento no Brasil: situação atual

O Brasil é um país classificado como emergente e já esteve entre os dez com maior economia do mundo. Mas, ao se tratar de saneamento básico, ocupa a 112ª posição em um conjunto de 200 países. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), ano-base de 2017, divulgados em fevereiro de 2019, 92,8% da população brasileira que vive em cidades, ou seja, em áreas urbanas, é abastecida com água potável. O mesmo estudo aponta que 60,9% têm acesso ao serviço de coleta de esgoto e apenas 46% do total dos esgotos gerados no País recebem o tratamento adequado.

Quando analisamos esses dados separando as cinco grandes regiões geográficas do território nacional, encontramos grande heterogeneidade entre elas e observamos que a desigualdade social e de desenvolvimento econômico se manifesta também em relação à cobertura dos serviços de saneamento. Nas regiões Norte e Nordeste, reconhecidamente as economicamente menos desenvolvidas da federação, ainda segundo dados do SNIS, os percentuais de cobertura de água tratada e distribuída são, respectivamente, de 70% e 88,8%. Já os índices de coleta de esgotos nessas regiões são de 13% e 34,8%, sendo que do total dos esgotos produzidos apenas 22,6% e 34,7% respectivamente, são tratados.

Nas regiões Sul e Sudeste, as mais desenvolvidas economicamente, novamente segundo dados do

SNIS, os percentuais de cobertura de água tratada e distribuída nas zonas urbanas são respectivamente de 98,4% e 95,3%. Já os índices de coleta de esgotos nessas regiões são de 50,6% e 83,2%, sendo que do total de esgotos produzidos são tratados apenas 44,9% e 50,4% respectivamente. A região Centro-Oeste possui índices bem próximos dos das regiões Sul e Sudeste, com percentuais de cobertura de água tratada e distribuída nas zonas urbanas de 98,1% e índices de coleta de esgotos de 60,2% tratando 46% do total dos esgotos que produz.

É razoável enfatizar que esses dados se referem à realidade dos centros urbanos que são atendidos por sistemas convencionais em sua maioria, ou seja, redes de água e redes coletoras de esgoto. Esses números demonstram que, embora tenhamos avançado bastante nos últimos anos, muito em função da Lei 11.445 – que possibilitou maior disponibilidade de recursos e melhor coordenação dos investimentos –, ainda temos muito por fazer.

É importante tratar também da realidade do saneamento em áreas "não urbanas", que têm uma condição bastante diferente, com cobertura muito menor. Para essas populações que vivem em áreas rurais, ribeirinhas, entre outras, em geral o modelo convencional não se aplica e soluções alternativas devem ser adotadas, como por exemplo poços caipiras, fossas sépticas, entre outras. A realização do saneamento nesses locais também é de responsabilidade do Estado e precisa entrar na pauta de discussão das operadoras dos serviços.

Luta contra a privatização do saneamento no Brasil

O Brasil viveu um "hiato" histórico entre os anos de 2002 e 2016, um curto período de avanços econômicos e sociais (ainda que modestos) para a classe trabalhadora, em uma tentativa de implantação de um projeto, mesmo que limitado, de desenvolvimento nacional com valorização do trabalho, do salário mínimo e com melhora de distribuição de renda. É importante registrar que foi nesse período também, mais especificamente no ano de 2007, que foi sancionada a Lei 11.445, em cuja construção o Sintaema teve importante e ativa participação. Essa lei institui o marco regulatório do saneamento, fundamental instrumento para o processo de universalização do saneamento no Brasil. Esse breve momento foi encerrado com o golpe de 2016, dado por forças reacionárias de direita e centro-direita e capitaneado pelo então vice-presidente da República, Michel Temer. O golpe de 2016 culminou no impedimento da presidenta Dilma.

Com a chegada de "novos tempos", de imediato se instalou – ou melhor, se retomou – a agenda econômica ultraneoliberal, expondo as vísceras da disputa pelo Estado e pelos recursos públicos. Como já deve ter ficado claro, os vencedores dessa disputa não foram os trabalhadores. Assim, com celeridade, o projeto colocado em prática foi o de "transferência" das riquezas do Estado, ou seja, do povo brasileiro, para a iniciativa privada, seja na forma de retirada de direitos trabalhistas, no corte dos investimentos nas áreas sociais ou no repasse direto através das privatizações de ativos. Dentre esses ativos, o saneamento está incluído, setor visto pela iniciativa privada como um fértil e extenso terreno para bons "negócios".

Não por acaso, no ano de 2018 o Brasil sedia o Fórum Mundial das Águas (FMA), um evento patrocinado por grandes multinacionais, como Ambev, Nestlé, Coca-Cola, entre outras, todas comprometidas com a visão mercantilizadora da água, através das privatizações ou pelas Parcerias Públicas Privadas (PPPs). A resistência dos movimentos sociais, do movimento sindical e do movimento ambiental tem início através de uma grande articulação nacional e internacional, que se materializa na realização simultânea ao FMA, em março de 2018, do Fama (Fórum Alternativo Mundial das Águas), que foi um encontro de diversas experiências coletivas de vivência com a água.

O Fama foi um espaço de trocas de sucessos e adversidades na luta em defesa da água como direito, e não como mercadoria. Seu objetivo foi enriquecer as práticas de seus participantes, estreitar as relações entre os diversos movimentos e, ao mesmo tempo, ser contraponto ao Fórum Mundial da Água. Durante a realização do Fama, foi reativada a Frente Nacional em Defesa do Saneamento e criado o Ondas (Observatório Nacional em Defesa do Direito à Água e ao Saneamento), dois instrumentos que contribuem na articulação política e na produção de dados sobre saneamento no Brasil e que tem sido ferramentas fundamentais na resistência contra a privatização do setor.

Nesses últimos anos, o processo de lutas foi intenso. A organização dos trabalhadores conseguiu derrotar duas medidas provisórias, sendo a MP 844/18 de 6 de julho de 2018 e a MP 868/18 do dia 28 de dezembro de 2018, editadas, ambas, pelo golpista Temer, no apagar das luzes de seu mandato usurpado. Mesmo com a forte mobilização, a conjuntura se mostrou adversa.

Não demos vida fácil aos privatistas, mas, depois de mais de dois anos de resistência, as MPs tornaram-se o Projeto de Lei 3.261/19, que depois foi convertido no Projeto de Lei 4.162/19, que finalmente foi aprovado, dando origem à Lei 14.026/20, sancionada pelo genocida Bolsonaro em 15 de julho de 2020, lei essa que modifica a Lei 11.445/07, que é o marco regulatório do saneamento, além de outras leis, e tem como principal objetivo facilitar o acesso da iniciativa privada ao "filé mignon" dos serviços de saneamento. A Lei 14.026/20 acaba com os contratos de programa, impondo aos municípios a abertura obrigatória de licitação para a concessão dos serviços, e tira o seu poder de decisão, principalmente nos municípios menos populosos, quando condiciona o acesso a recursos federais à adesão à nova legislação, entre outras maldades.

O Sintaema participou e participa ativamente de toda a articulação nacional e de todas as lutas contra privatização do saneamento no território nacional. Fomos figura central na organização do Fama, ajudando a articular, financiar e realizar o evento. Fazemos parte da Frente Nacional em Defesa do Saneamento e da direção do Ondas, além de encaminhar lutas em defesa do saneamento público em várias outras frentes, como na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), na Câmara Federal, em câmaras de vereadores, prefeituras, etc., e principalmente organizando os trabalhadores para resistir.

A Lei 14.026/20 tem cumprido sua função com bastante eficiência: inicialmente, foram privatizados os serviços na Região Metropolitana de Maceió, em setembro de 2020, dois meses após a sua promulgação, leilão vencido pela empresa BRK Ambiental. No Rio de Janeiro as coisas também "avançaram" – o processo que aguardava a nova legislação para ter "segurança jurídica" finalmente foi a termo. Com a oferta ao setor privado de quatro blocos, cada um formado por parte do município da capital e alguns municípios próximos a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro) foi fatiada. As vencedoras foram as empresas Iguá Saneamento e a Aegea Saneamento, sendo que o bloco formado pela região mais pobre sequer recebeu proposta, confirmando nossa hipótese inicial de que à inciativa privada só interessa o filé – e que os ossos ficarão para o Estado.

No caso da Cedae, cabe ainda um curto parêntese: as informações que nos chegam via sindicatos representantes dos trabalhadores cedaianos confirmam outra hipótese, por nós formulada, de que no processo de privatização as relações e condições de trabalho se degradarão. Nos contam os companheiros que hoje a Cedae busca se livrar de algo em torno de 2.700 trabalhadores. Obviamente uma parte desses será "aproveitado" pela empresa privada, que assumiria os serviços em fevereiro de 2022, prazo que foi antecipado para novembro de 2021. Os que forem absorvidos, nos relatam os companheiros, terão salários equivalentes a 1/3 dos salários pagos pela Cedae, em média, ou então trabalharão em regime de contratos precarizados como MEI (microempreendedor individual).

Outros estados aprovaram leis de regionalização, como é o caso da Paraíba e do Rio Grande do Sul, e outros estão em discussão, como Minas Gerais. Também o Acre acabou de realizar o leilão para a concessão dos serviços de água e esgoto para os municípios do estado. Em Alagoas, para completar o processo, o governo lançou agora o processo de licitação da concessão dos serviços de água e esgoto das duas URSB (unidades regionais de saneamento básico), antes mesmo da adesão dos municípios ao arranjo regional proposto. "Dentre todos os processos de regionalização dos estados que temos acompanhado, o caso de Alagoas é o que se reveste de maior agressividade, pressa e voracidade em atropelar os municípios", disse Marcos Montenegro, coordenador geral do Ondas.

Em São Paulo, para cumprir a Lei 14.026 o governo estadual, através da Lei 17.383/2021 aprovada pela Alesp no dia 05/07/2021 em regime de urgência, instituiu quatro Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (Urae), sendo a Sudeste com 370 municípios, a Centro com 98 municípios, a Leste com 35 municípios e a Norte com 142 municípios.

Aqui, dois aspectos curiosos valem a pena serem destacados: o primeiro é que, apesar das unidades de saneamento serem batizadas por nomes de regiões, na realidade isso não é verdadeiro, já que as

regiões de "saneamento" congregam em seus conjuntos municípios de variadas regiões "geográficas". A segunda é que a região de saneamento Sudeste contém todos os municípios operados pela Sabesp, com exceção de cinco municípios que hoje são operados por ela, mas que estão sem contrato assinado, ou contrato vencido, como Bofete, Dourado e Socorro. O porquê disso é pergunta que ainda espera resposta.

Ao longo do tempo, em várias oportunidades, tanto o governador João Doria (PSDB-SP) quanto o secretário estadual da Fazenda, Henrique Meirelles, sempre deixaram claro publicamente a intensão de privatizar a Sabesp. Recentemente, em 20/08/2021, na sua primeira declaração à imprensa como secretário de Projetos e Ações Estratégicas, o "importado" deputado Rodrigo Maia (RJ) destacou a sua maior prioridade, definida após conversar com o vice-governador e secretário de Governo, Rodrigo Garcia (PSDB): "A questão da Sabesp é uma coisa simbólica. Organizar a privatização, a concessão, deixar isto organizado (...) será uma marca importante de minha gestão".

Em 29/09/2021, a Sabesp publicou um fato relevante aos acionistas e mercado em geral, comunicando a contratação do International Finance Corporation (IFC) – subsidiária do Banco Mundial para apoio ao setor privado –, para a "prestação de serviços de consultoria ao Estado consistentes na identificação e análise das possíveis alternativas de reestruturação do capital da Sabesp".

A crise hídrica

Nos anos de 2013 e 2014, o Brasil passou por uma grave crise hídrica. Várias regiões foram pegas despreparadas, o que causou muitos transtornos e prejuízos à população. Hoje nos ronda novamente este fantasma. O País passa novamente por uma forte estiagem e pelo início de uma nova crise hídrica, que deve abranger os anos de 2021/2022 e que, segundo a meteorologia, já é a mais grave dos últimos 96 anos. Consequentemente, será mais severa que a de 2013/2014.

As crises hídricas, no Brasil, têm ao menos dois aspectos importantes a se destacar. O primeiro deles é que as crises hídricas sempre vêm acompanhadas de uma crise energética. A maior parte da energia que consumimos ainda é gerada por matriz hidráulica, as famosas hidroelétricas. Assim, com os reservatórios baixos, a produção de energia diminui, forçando a operação das termoelétricas, ocasionando riscos de racionamentos e "apagões", e aumentando sobremaneira os preços da energia elétrica.

O segundo é o risco de desabastecimento propriamente dito. Segundo dados da FAO (organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura), o consumo da água se divide da seguinte forma: 70% da água capitada é utilizada na agricultura; 22% na indústria; e apenas 8% no uso doméstico.

Em posse desses números, valem a pena algumas reflexões. A política econômica aplicada nos últimos anos em nosso país nos impôs um processo severo de desindustrialização. A cada ano, a indústria tem um peso menor no PIB nacional, fazendo com que o Brasil regrida a uma condição, que já ocupou até os anos de 1930, de mero exportador de commodities e produtos agrícolas. Os principais produtos da nossa pauta de exportação são hoje carne, soja e minério. Para se produzir um quilo de carne de boi, são necessários 15,4 mil litros de H_2O; para se produzir um quilo de soja, são necessários 1,8 mil litros de H_2O; e, para se produzir uma tonelada de aço, são necessários 300 mil litros de H_2O. Assim, mandamos para fora do país, incorporada a esses "produtos", todos os anos, grande parte da água que capitamos.

No dia 2 de outubro de 2021, o sistema Cantareira, um dos principais reservatórios responsáveis por abastecer a capital paulista, entrou em nível de alerta, passando abaixo dos 30% do seu volume útil. Outros reservatórios da região metropolitana da capital também estão em níveis preocupantes. No interior do estado, a situação não é diferente, com estiagem prolongada, baixos níveis dos reservatórios e rios quase secos, em alguns lugares inviabilizando a captação e gerando graves problemas à população, como por exemplo na importante cidade de Franca, que passou por rodízio de 36 horas com água e 36 horas sem água. Na capital, o rodízio "velado" também já vem acontecendo. Segundo trabalhadores da Sabesp, as saídas de reservatórios são fechadas, ocasionando falta de água nos pontos mais altos e mais distantes dos sistemas, provocando a parada de boosters que mandam água para a periferia das cidades.

A situação só não é mais preocupante graças a obras de interligação dos sistemas e de novas captações, como o sistema São Lourenço, feitas pela Sabesp depois de 2014. Obras essas que só foram possíveis porque a Sabesp ainda é uma empresa pública, já que demandaram imensos recurso financeiros que provavelmente nunca retornarão aos cofres da empresa. Enquanto isso, o governo Doria, em vez de buscar soluções para a crise hídrica que nos assola, abandona o planejamento de logo prazo, só atua durante as crises e fica procurando maneiras de privatizar a Sabesp – que é, hoje, a principal responsável pelo abastecimento da população paulista com água de qualidade.

A Sabesp

A Constituição Estadual de São Paulo dispõe (art.216, § 2º) que "o Estado assegurará condições para a correta operação, necessária ampliação e eficiente administração dos serviços de saneamento básico prestados por concessionária sob seu controle acionário". A Sabesp é a maior empresa de saneamento das Américas e está entre as maiores do mundo. Atende hoje a 31 milhões de pessoas (70% da população do estado de São Paulo), está em 375 dos 645 municípios paulistas, dos quais 242 têm até 20 mil habitantes e 54 têm de 20 a 50 mil habitantes.

A empresa tem sido sistematicamente reconhecida como uma referência mundial no atendimento à população de baixa renda. Nos municípios onde a empresa opera, mais de 20% da população encontra-se em situação de alta vulnerabilidade. Dentre vários projetos sociais que desenvolve, destacam-se os programas "Água Legal" e "Se Liga na Rede", que viabilizam ligações de água e esgotos, além da tarifa social. De 2017 a 2020, o Programa Água Legal atendeu a 145 mil famílias de 476 núcleos habitacionais, substituindo as ligações clandestinas ou precárias por ligações e hidrômetros da empresa, conferindo regularidade e qualidade no abastecimento de água.

Constituída em 1973 a partir da fusão de cinco empresas do estado de São Paulo (Saec, Comasp, Sanesp, SBS da Baixada Santista e a Sanevale do Vale do Ribeira), para prestar serviços de água e esgotos conforme o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) é uma empresa de economia mista, com capital acionário majoritário do Estado (50,3%) e o restante negociado nos mercados da B3-Bovespa (34,5%) e da Bolsa de Nova York (15,2%), sendo a última estatal de grande porte que resta sob o controle acionário do estado de São Paulo. Seu valor de mercado é superior a R$ 30 bilhões e o patrimônio líquido é de R$ 23,3 bilhões. No 2º trimestre de 2021 o lucro líquido foi de R$ 773,1 milhões.

De 2016 a 2020, investiu R$ 20,8 bilhões, cerca de 30% dos investimentos em saneamento no Brasil, contribuindo assim de maneira substantiva com a universalização dos serviços de saneamento em âmbito nacional, e transferiu ao Tesouro do Estado de São Paulo quase R$ 2 bilhões em dividendos. Em 2020, apesar da crise econômica e da pandemia, foram investidos R$ 4,4 bilhões. Para o período de 2021 a 2025, a Sabesp planeja investir cerca de R$ 21 bilhões, sendo R$ 8,2 bilhões em água e R$ 12,8 bilhões em coleta e tratamento de esgoto.

Com 12.600 empregados aproximadamente, presta serviços de saneamento em 375 municípios, dos quais 370 têm contratos vigentes, em grande maioria para além de 2040. Praticamente todos os contratos preveem atingir a universalização de atendimento antes de 2033, data determinada na Lei Federal nº 14.026/2020. Dos 370 municípios operados pela Sabesp, perto de 300 já estão universalizados, com pleno atendimento em abastecimento de água, coleta de esgotos e tratamento dos esgotos coletados. Nas áreas urbanas, seus índices de atendimento estão acima da média nacional, sendo o abastecimento de água 98%, a coleta de esgotos 90,7% e o tratamento de 75% dos esgotos produzidos.

Na condição de sócia minoritária, presta serviços em quatro municípios paulistas para produção de água de reuso, tratamento de esgotos não domésticos e geração de energia elétrica. Em 2020, a empresa obteve a concessão dos serviços de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos de Diadema.

Em 2023, a Sabesp completará 50 anos de serviços, reconhecida e muito bem avaliada pelas lideranças políticas e gestores municipais de 375 municípios, pela sociedade e, principalmente, pela população paulista. Sua atuação leva saneamento e saúde para centenas de comunidades carentes

ou isoladas, pequenas cidades, distritos e vilas, locais onde não há remuneração de investimento por meio de tarifas.

Sendo uma empresa amplamente superavitária, com uma receita líquida de R$ 18,5 bilhões e um lucro líquido de R$ 2,5 bilhões no resultado acumulado em 12 meses, conforme o balanço do segundo trimestre de 2021, seu planejamento quinquenal e as metas contratuais indicam que a universalização em sua base de atuação será plenamente atendida antes de 2033. Além do quê, há mais de três décadas não recebe um centavo do estado, ao contrário, em média transfere 15% do lucro como receita anual para o Tesouro Paulista.

Durante a crise hídrica de 2014-2015 e a crise de Covid-19, a empresa respondeu de maneira adequada, priorizando o melhor benefício para a população, relegando a segundo plano a geração de lucros aos acionistas. A Sabesp é o ente público que instrumentaliza o saneamento básico, que atende ao povo paulista sem visar tão-somente o lucro financeiro, mas, sim, a melhoria da qualidade de vidas humanas.

A Sabesp é financeiramente saudável, com credibilidade e confiança dos seus serviços e comprovada responsabilidades socioambiental e econômico-financeira. Alcançou resultados extraordinários graças à competência de seus funcionários e funcionárias – e por ser uma empresa de caráter público, com foco na universalização do saneamento e na saúde da população, levando dignidade a milhões de paulistas, por meio do direito humano ao acesso à água limpa e segura.

A terceirização é fenômeno mundial. Sua implantação, em muitos casos, se dá pela dispersão da produção em países situados na periferia do sistema, notadamente na África, América Central e Sul, como também em países asiáticos. No Brasil, depois da aprovação da Lei 13.429/2017, a "Lei da Terceirização", esta modalidade é aplicada indiscriminadamente.

Mais precisamente na Sabesp, tal pratica tem se intensificado atualmente além dos setores operacionais e obras. Terceiriza-se também o setor administrativo. O resultado tem sido altamente lucrativo para a empresa, bem como aos seus acionistas. Em contrapartida, verifica-se a precarização nas relações de condições de trabalho, além dos baixos salários percebidos pelos profissionais. Nessa perspectiva compromete-se a capacidade técnica (recursos humanos) instalados, uma vez que a Sabesp abre mão de contratar mão de obra própria, colocando em risco a qualidade e a própria segurança e regularidade dos serviços prestados à população.

A Sabesp, como empresa privada, visará tão-somente à exploração econômica da lucratividade de um bem social – que é o direito à água tratada e ao saneamento. A pergunta que o povo paulista tem que fazer é: "essa empresa privada investirá para levar saneamento às populações mais vulneráveis, onde não há retorno financeiro?".

Na nossa avaliação, trata-se de um excelente negócio para poucos, em prejuízo de toda a população paulista! O histórico de excelência e as perspectivas de futuro na prestação de serviços de saneamento à população paulista demonstram que é completamente incoerente e indefensável o estado de São Paulo privatizar a Sabesp, seja mediante a venda do controle acionário, seja pela transferência do poder decisório para um parceiro privado. A população paulista não pode ser afetada por mais esse golpe em seu patrimônio público e nos seus direitos.

João Doria, Rodrigo Garcia, Henrique Meirelles e Rodrigo Maia obsessivamente desejam que a Sabesp seja privatizada ou concedida, no todo ou em parte. Por quais motivos? Satisfazer compromissos político-eleitorais? Contemplar o grande capital e a iniciativa privada ávidos por lucros fáceis e vultosos? Cumprir com seus dogmas que afirmam "tudo que o Estado faz é ruim, e o privado faz melhor"? Para o bem da população paulista, sabemos com certeza que não é.

- A Sabesp é um patrimônio do povo paulista – a Sabesp é nossa!
- Água não é mercadoria, água é vida!
- Água, o líquido mais precioso do planeta!

- Privatização mata!
- Não à privatização!
- Três coisas mudaram o mundo e fizeram os seres humanos viverem mais: os antibióticos, as vacinas e a água tratada!

MEIO AMBIENTE

Os graves problemas sociais e ambientais que se abateram no mundo e em especial no Brasil nos últimos tempos nos traz um cenário desolador: pandemia de causas ambientais que empobrece e mata milhões de pessoas mundo afora; aumento vertiginoso no desmatamento da Amazônia; liberação do plantio de cana-de-açúcar; queimadas que ceifaram mais de 20% do Pantanal; genocídio dos povos indígenas; não punição dos responsáveis pelos crimes de Brumadinho, de Mariana e do derramamento de petróleo no Nordeste; liberação desenfreada de agrotóxicos; dezenas de tentativas de retrocesso da legislação ambiental (como o PL 2.633/2020 da Câmara, transformado no PL 510/2021 – chamado de "PL da Grilagem", que visa estimular o roubo e desmatamento de terras); o PL 3.729/2004, que visa enfraquecer o licenciamento ambiental e estimular mais degradação do meio ambiente; ou PL 191/2020, que libera a mineração em terras indígenas); privatização de nossos sistemas de água e saneamento (como a Cedae do Rio de Janeiro e a Sabesp, em São Paulo); abandono da Política Nacional de Resíduos Sólidos; tentativas de privatização de Unidades de Conservação no estado de São Paulo; enfraquecimento e redução do sistema estadual de proteção ambiental do estado de São Paulo, com a fusão das antigas secretarias de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos e Energia e Mineração, dando origem à atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado (Sima); extinção do Instituto Florestal.

Depois de subordinar a pasta ambiental à infraestrutura criando a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, o governo Doria quer agora extinguir os institutos florestal, geológico e de botânica, criando um novo instituto que estará muito mais voltada para a gestão da pesquisa, quando deveria ter como foco principal a produção da mesma, ou seja, ampliar os centros e núcleos temáticos – locais onde se desenvolvem pesquisas cientificas. Se o novo instituto for implementado como apresentado, vai desestruturar a pesquisa científica ambiental no âmbito do governo estadual. Isto porque, ao reduzir para quatro os atuais 52 núcleos de estudos, a gestão da pesquisa e da atividade cientifica será desmantelada. O resultado será o retrocesso.

Com o anúncio de sua intenção, o tucano demonstra pouco compromisso com a preservação do meio ambiente. A extinção desses e de outros institutos é um projeto antigo da gestão tucana paulista, que avançou na gestão do ex-governador Geraldo Alckmin. Em audiência pública em 2017, o então secretário estadual do Meio Ambiente Mauricio Brusadin, substituto do trágico e nefasto Ricardo Salles – que, não por coincidência, passou pelo Ministério do Meio Ambiente do genocida Bolsonaro –, afirmou que o governo não realizaria mais concurso público para suprir o déficit de 75% dos funcionários do sistema de meio ambiente estadual.

Tal cenário de retrocessos socioambientais exige reflexão, articulação e luta para frear a crise ambiental causada pela destruição das florestas, pela poluição do ar, dos rios e dos mares, pela desertificação, pelo aumento das desigualdades sociais, pela elevação da temperatura média do planeta como efeito da concentração cada vez maior dos Gases de Efeito Estufa (GEEs).

As mudanças climáticas são as responsáveis pelas catástrofes ambientais noticiadas quase que diariamente e demonstram claramente o resultado da atividade humana sobre a natureza: acumulação de gás carbônico, a elevação da temperatura, o derretimento das calotas polares, a desertificação, a seca, as inundações, entre outras tragédias. A perda de biodiversidade, com a extinção de milhares de espécies animais e vegetais, causando desequilíbrio dos ecossistemas, é mais uma realidade dos tempos atuais. Cada espécie tem um papel a desempenhar na natureza e sua extinção compromete, inclusive, a vida humana. Não se sabe ainda o tamanho da resiliência de nossa biosfera, muitas ocorrências hoje têm clara ligação com a perda de biodiversidade, como a diminuição da produtividade dos solos por

dificuldade de absorção de nutrientes e o aumento e reaparecimento de doenças transmitidas por insetos, só para exemplificar.

Outro fator é a elevação da temperatura do mar que transforma imensas superfícies dos oceanos em desertos sem plâncton nem peixes, o que reduz significativamente sua capacidade de absorver CO_2. Além de tudo, há a preocupação com o ciclo do fósforo, afetado principalmente pela mineração e seu lançamento nos mares e rios, o que pode ocasionar, em quantidades excessivas, redução da concentração de oxigênio dos oceanos e provocar a extinção de toda vida marinha. A mineração também promove a destruição da Bacia Amazônica. Esses cenários assustadores demonstram que há perigos reais contra os quais é preciso tomar providências. O fósforo, em detergentes domésticos e industriais, pode ser substituído por lauril sulfato de sódio.

As transformações do mundo vêm sendo debatidas também na sua vinculação com a necessidade de avançar em direção a modelos sustentáveis de desenvolvimento nos eixos econômico, social e ambiental. Desde a Revolução Industrial, a ascensão do capitalismo, a produtividade só aumentou, alimentando uma cultura de consumismo e desperdício que, ao mesmo tempo, convive com a pobreza e a escassez. Nesse sistema estruturalmente desigual, uma das marcas é a crescente demanda por energia, que vem sustentando historicamente o atual modelo de produção e consumo.

A ciência vem alertando há décadas que a queima crescente de combustíveis fósseis faz parte de um modelo insustentável, agravado pelo crescimento populacional, pela globalização econômica e pelo aumento do fluxo de pessoas e mercadorias pelo mundo. A ação dos seres humanos sobre o ecossistema, com a difusão de um estilo de vida individualista, do uso do automóvel pessoal e de mercadorias descartáveis, é apontada pelos cientistas que compões o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Organizações das Nações Unidas (ONU) como a principal causa da devastação ambiental e da mudança do clima.

As contínuas e crescentes emissões do gás carbônico (CO_2) constituem a principal e mais impactante ação humana sobre o clima do planeta, razão pela qual, nas negociações internacionais do clima, fala-se em transição para uma economia de baixo carbono.

O mundo do trabalho é especialmente afetado pelas transformações em curso na economia, nos modos de produção e nas relações de trabalho. O desmonte de direitos trabalhistas e sociais que o neoliberalismo vem promovendo internacionalmente desde os anos 1970 recentemente soma-se ao avanço da automatização da produção, da robótica, da nanotecnologia e da internet, que promete retirar um grande número de trabalhadores, em diversos setores, de suas atuais ocupações.

Durante grande parte do século passado, acreditou-se em uma contradição inconciliável entre meio ambiente e trabalho, o que significava, para os sindicatos, que a proteção e a geração de empregos sempre viriam antes de preocupações ambientais, muitas vezes vistas como ameaças de longo prazo, cuja solução poderia ser adiada enquanto as necessidades trabalhistas de curto prazo não fossem atendidas.

Construir uma visão "ambiental-sindical" para um futuro social, política e economicamente justo e ambientalmente sustentável continua sendo um grande desafio nos nossos dias. Requer uma mudança na cultura política da classe trabalhadora, nas formas pelas quais nós nos percebemos e construímos como atores políticos em um campo social mais amplo – e não apenas em nossos empregos. A percepção, por parte de outros atores sociais, de que os sindicatos incorporaram a defesa do meio ambiente e do clima na sua política os leva também a apoiar pautas especificamente trabalhistas em suas campanhas.

Não há saída permanente para os problemas ambientais no âmbito de um sistema que enxerga a natureza como depósito de matéria-prima para toda sorte de produtos absolutamente supérfluos e descartáveis, num ritmo desenfreado de produção, consumo e acumulação: o sistema capitalista. Temos a oportunidade de escarnar todas as mazelas desse sistema e seu agravante, o modelo neoliberal, de demonstrar em fatos corriqueiros as consequências da exploração da natureza pelo Capital, de entabular debates onde exemplos do dia a dia da vida das pessoas estão presentes e favorecem o entendimento.

Em plena crise ambiental temos a oportunidade de elevar a consciência dos trabalhadores no entendimento da necessidade da construção de uma sociedade mais justa e solidária; temos a oportunidade de lançar a semente que destruirá o atual sistema num gradativo aumento dessa consciência baseado no próprio instinto de sobrevivência inerente ao ser humano, pois as mortes e a destruição acontecem exatamente nas regiões mais pobres do globo. Assim, precisamos envidar esforços e aproveitar o momento grave, mas repleto de oportunidades, para despertar no trabalhador a consciência da necessidade de transformação da sociedade, de criação de uma nova ordem, ambiental e socialmente justa.

É sabido que uma construção de alternativas econômicas, sociais e culturais ao sistema capitalista com sua lógica míope e irracional de expansão e acumulação infinita de capital não acontece do dia para noite. Sendo assim, é necessária uma Transição Ecológica Justa para os trabalhadores, uma Transição Ecológica Justa para os mais pobres e vulneráveis, que são sempre os primeiros a sofrerem os efeitos maléficos das crises ambientais, sociais, políticas e econômicas.

Esta Transição Ecológica Justa supõe que se trilhe caminhos de avanços do bem-estar social com sustentabilidade ambiental e ampliação da democracia participativa. Dessa forma, busca-se um novo modelo de desenvolvimento com diretrizes claras e objetivas quanto à preservação do meio ambiente e políticas públicas que busquem a equidade e justiça social, com distribuição de renda e riqueza, emprego decente e salário digno; com a ampliação e o fortalecimento das políticas sociais universais como saúde, educação, saneamento e proteção social especialmente para as populações mais carentes.

Se não juntarmos as questões sociais, econômicas, políticas e ambientais, veremos resistência dos próprios trabalhadores para a construção de um mundo ambientalmente mais correto. É o que ocorre hoje quando vemos trabalhadores de indústrias altamente poluidoras (que frequentemente envenenam suas próprias famílias, seus vizinhos e a si próprio) defendendo a manutenção dessas fábricas poluidoras e degradadoras do meio ambiente circunvizinho, por medo de perderem seus meios de vida.

Nossa preocupação deve estar em um novo modelo de desenvolvimento de baixo carbono, que preserve a biodiversidade e que acabe com a poluição industrial – mas também um modelo de desenvolvimento que diminua as desigualdades sociais. Para isso, a Transição Ecológica Justa deve se basear em taxações financeiras, em investimentos estatais e multilaterais coordenados para a qualificação dos trabalhadores, para o desenvolvimento de novos processos de produção ambientalmente corretos, para a transferência de tecnologias modernas e limpas aos países em desenvolvimento, para a criação de um fundo de proteção social, para o trabalho e para a vida decente em todas as áreas. Buscamos o controle dos fundos públicos, na direção de um projeto democrático, popular e ambientalmente correto.

O momento é de luta por um mundo socialmente justo e ecologicamente correto, pela revitalização de laços de solidariedade e de parceria, pela valorização de culturas e modos de vida de baixo impacto ambiental. Lutamos por uma Transição Ecológica Justa, em que os trabalhadores não sejam prejudicados quando das mudanças para o desenvolvimento de novos processos de produção ambientalmente mais corretos.

Apesar dos persistentes efeitos da crise de 2008 e da depressão causada pela pandemia de Covid-19, o movimento sindical internacional trabalha com cenários em que o processo de transição para uma economia de baixo carbono acarretará a perda de postos de trabalho, o deslocamento de postos de trabalho e a criação de novos postos de trabalho – econômica e socialmente justos, ambiental e climaticamente sustentáveis. O futuro dos empregos e o futuro do próprio movimento sindical passam pela construção de uma política sindical para o ambiente e para o clima.

Sendo assim, devemos:

a) Ampliar nossa participação nas mobilizações realizadas pelo Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama), pelo Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), bem como nos inserirmos em toda e qualquer articulação popular e rede ampla de resistência e ação de enfrentamento ao cenário de destruição ambiental, em São Paulo, no Brasil e no mundo.

b) Defender a criação de um Programa de Prevenção de Queimadas para as Unidades de Conservação.

c) Nos mobilizar contra o desmonte das instituições do setor de meio ambiente; contra a terceirização do trabalho; e contra as privatizações de empresas e instituições públicas.

d) Organizar a luta pelo fortalecimento dos Institutos Estaduais de Conservação.

e) Lutar por justiça salarial, melhores condições de trabalho e por concurso público para os institutos, a Cetesb e a Fundação Florestal.

f) Fazer todos os esforços possíveis para que a Constituição de 1988, constantemente violada para atender aos interesses do capital, seja cumprida.

JUVENTUDE

A juventude trabalhadora no Brasil

Os jovens são a maioria da população de nosso país e do mundo. São dezenas de milhões. Segundo o último Censo do IBGE, de 2010, 26,8% da população brasileira tem entre 15 e 29 anos e mais de 80% deles vivem em áreas urbanas. É também uma juventude multirracial: quase 50% deles se declaram pretos ou pardos, enquanto 34% se declaram brancos.

Assim como são a maioria da população, também estão entre os que mais sofrem. O injusto e ultrapassado sistema de sociedade em que vivemos, o capitalismo imperialista, nega seus direitos, tolhe sua criatividade e os reprime. Querem trabalhar e não têm emprego. Querem estudar, e o governo corta as verbas para a educação. Querem comida, e muitos passam fome. Querem música, esporte, cultura e, no entanto, quase tudo, o dinheiro, o capital, transforma em sua imagem e semelhança. Roubam seus sonhos. Tiram a possibilidade de se realizarem plenamente como seres humanos e de encontrarem a felicidade a que têm direito.

Após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, foi colocada em prática uma agressiva agenda de desmonte da máquina pública e de ataques aos direitos trabalhistas e sociais como:

- Congelamento de "gastos" públicos na área de educação e saúde para os próximos 20 anos;
- Reforma trabalhista;
- Lei da Terceirização;
- Reforma da Previdência.

Não bastasse tudo isso, ainda tramita no Congresso Nacional projetos de lei que modificam a Lei de Estágio e que criam a carteira de trabalho "verde e amarela". Ambos atingem diretamente os direitos do jovem trabalhador. As consequências dessas reformas e das medidas recém-aprovadas serão mais claramente vistas ao longo do tempo. Mas já é possível perceber sinais da retração de empregos e precarização do trabalho, indicando que, como sempre, o custo das políticas de austeridade recairá sobre a classe trabalhadora.

No caso da juventude trabalhadora, a situação é ainda mais brutal. Dados do IBGE (2021) mostram que o País possui uma das maiores populações de jovens da sua história e que a taxa de desemprego entre pessoas de 14 a 17 anos chegou a 46,3%, o maior percentual já registrado. Entre os que têm de 18 a 24 anos, a taxa alcançou 31% no trimestre encerrado em março. É o segundo maior percentual da história, só ficando atrás do 3º trimestre de 2020, quando chegou a 31,4%. Os percentuais ficam acima da média geral, que registrou taxa de desemprego de 14,7% – também recorde da série histórica.

Portanto, há uma nova geração volumosa e pronta para entrar e contribuir para a construção de riqueza no País que encontra uma situação de vulnerabilidade, há muito não vista no Brasil. É também na juventude que vemos os maiores índices de condições precárias de trabalho, informalidade e alta

rotatividade. Não obstante, essa mesma juventude é a que, de maneira geral, é mais distante das organizações sindicais brasileiras – organizações fundamentais para a representação política no mundo do trabalho.

Para enfrentar os novos desafios e os velozes retrocessos no campo do direito, na soberania nacional e nas relações de trabalho, será fundamental que as entidades sindicais organizem e deem espaço aos mais atingidos, os jovens brasileiros. Historicamente, a juventude brasileira esteve à frente dos grandes movimentos de luta nacional. Esse vigor pode ajudar a encontrar novos caminhos de resistência e novas estratégias de luta, sem perder, obviamente, a capacidade histórica do movimento sindical de formulação de um projeto político para o País e o continente latino-americano.

Pensando nessa conjuntura, é dever do Sintaema instituir políticas internas que proporcionem a participação da juventude trabalhadora, tais como:

- Incentivar a sindicalização de jovens aprendizes e terceirizados, com ações no curto prazo que visem ampliar nossa força na juventude trabalhadora;
- Promover ações artísticas, culturais e esportivas que incentivem a participação dos jovens trabalhadores, buscando aumentar a aproximação com esses jovens e conscientizá-los sobre a importância do sindicato;
- Elaborar curso específico para a juventude trabalhadora (até 34 anos);
- Promover anúncios do TSE e de outras fontes que falem da importância não só de poder votar – mas também de saber votar;
- Ampliar o diálogo do sindicato com a sociedade e especialmente a juventude, em temas como meio ambiente, saneamento e privatização da água e esgoto, por meio de palestras em universidades e escolas;
- Desenvolver nas redes e no trabalho com a base do sindicato uma comunicação com a linguagem da juventude, usando ferramentas digitais, assim como desenvolver cartilhas voltadas para os jovens trabalhadores;
- Defender a realização de mais concursos públicos, para a renovação da categoria e ampliação do número de jovens;
- Fortalecer o trabalho com os jovens aprendizes, aproximando-os e lhes apresentando o sindicato;
- Promover mais reuniões e ações virtuais com os jovens trabalhadores da categoria.

GÊNERO – MULHERES

O Brasil é o quinto país do mundo em que mais mulheres são assassinadas! No último ano, uma em cada quatro mulheres foi vítima de violência em nosso país. Durante a pandemia, oito mulheres foram agredidas por minuto, a maioria por parceiros ou ex-parceiros. Em 2018 e 2019, quatro mulheres foram mortas, em média, por dia. A cada hora, quatro meninas menores de 13 anos são estupradas. Somente no primeiro semestre de 2020, 631 mulheres foram vítimas de feminicídio. A maior parte eram mulheres negras.

Esses dados expõem uma situação gravíssima! As mulheres são agredidas e mortas por serem mulheres! Por outro lado, as políticas existentes para o enfrentamento da violência contra as mulheres são insuficientes. Apenas 2,4% dos municípios brasileiros contam com casas-abrigo. O Brasil possui 5.568 municípios. Desses, apenas 417 possuem delegacias especializadas em crimes contra as mulheres (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam). São Paulo – que conta com 645 municípios – tem apenas 138 unidades. Mas infelizmente a maioria delas – tanto no País quanto no estado – não funciona no período noturno nem aos finais de semana.

No mundo do trabalho a situação não é diferente. Segundo o relatório Global Gender Gap Report (Relatório Global sobre a Lacuna de Gênero 2020), do Fórum Econômico Mundial, o Brasil figura na 130ª posição em relação à igualdade salarial entre homens e mulheres que executam funções semelhantes, em um ranking com 153 países. Isso significa que as mulheres enfrentam um cenário de desigualdade e discriminação no mercado de trabalho do País.

A Consolidação das Leis do Trabalho e as garantias para as mulheres no Brasil

Em 1943, Getúlio Vargas aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil. Isso marcou a conquista dos direitos trabalhistas essenciais no País e ainda encontra-se em vigor, apesar de ter sofrido mudanças ao longo do tempo. Ela foi responsável por introduzir normas específicas de proteção do trabalho da mulher, como a sua proteção jurídica, a sua garantia ao livre acesso ao mercado de trabalho, a proibição do empregador considerar sexo, idade, cor e raça para fins de remuneração, entre outros.

As Constituições seguintes a esse momento não representaram grandes mudanças. Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal Cidadã, houve o estabelecimento do princípio da isonomia ("todos são iguais perante a lei"), em que as mulheres tiveram os seus direitos trabalhistas firmados, com a instituição da igualdade de gênero e da não discriminação. De forma específica, é reafirmada a proibição da diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo. Além disso, a Constituição somente admite práticas trabalhistas diferenciadas entre gêneros se seus efeitos visam proteção ou a ampliação das mulheres no mercado de trabalho.

Outro ponto importante foi a regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, que até então nem era contabilizado como atividade econômica nos levantamentos realizados no Brasil. Com isso, as trabalhadoras domésticas passaram a ter direito ao salário mínimo, 13º salário, férias remuneradas, licença-maternidade, aposentadoria, entre outros. Além disso, com a aprovação da "PEC das domésticas" em 2013, a jornada dos trabalhadores domésticos ficou determinada em oito horas diárias ou 44 horas semanais. No mais, é graças à CLT e à Constituição de 1988 que atualmente as mulheres possuem o direito à licença-maternidade de quatro meses, extensível a seis meses, e o repouso aos domingos garantido.

Recentemente, no ano de 2017, o governo do golpista Michel Temer aprovou a Reforma Trabalhista, sob a Lei Nº 13.467, modificando a CLT e alterando algumas proteções em relação às mulheres no mercado de trabalho. Dentre as mudanças, destaca-se a alteração da regra direcionada às gestantes e lactantes, que passaram a ser autorizadas a trabalhar em locais insalubres considerados de grau mínimo e médio mediante apresentação de atestado médico validando as suas condições. A nova regra durou até o ano de 2019, quando o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou sua suspensão por meio de uma liminar (decisão judicial provisória).

A realidade atual das mulheres no mercado de trabalho

Antes de tudo, é fundamental ressaltar que as conquistas e os avanços legislativos permitiram uma maior participação feminina no trabalho remunerado, assegurando a sua contribuição ativa na economia e no desenvolvimento nacional. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), a presença feminina no mercado de trabalho brasileiro – ou seja, a quantidade de mulheres entre 17 e 70 anos empregadas no País – passou de 56,1% em 1992 para 61,6% em 2015, com projeção para atingir 64,3% no ano de 2030, ou seja, 8.2 pontos percentuais acima da taxa em 1992. Enquanto isso, o mesmo estudo indica que a taxa de participação masculina no mercado de trabalho tende a cair, projetando que em 2030 ela será de 82,7%, inferior aos 89,6% observados em 1992.

No entanto, apesar do maior número de mulheres trabalhando no País, esses mesmos dados mostram a grande diferença existente entre a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Essa disparidade ocorre, entre outros fatores, pelo papel social e cultural imposto às mulheres como as principais responsáveis pelos cuidados familiares e pelos trabalhos domésticos. Além de menor participação, a diferença salarial entre gêneros ainda é significativa no Brasil, fazendo o País integrar a 130ª posição em igualdade de salário. Conforme dados do IBGE (2019), atualmente uma mulher negra recebe em média 44,4% da renda média dos homens brancos, que estão no topo da escala de remuneração no Brasil.

Isso quer dizer que o acesso das mulheres no mercado de trabalho brasileiro não foi acompanhado por uma diminuição das desigualdades profissionais entre homens e mulheres. A maior parte dos empregos formais femininos está concentrada em setores e cargos de menor valorização e as mulheres continuam sofrendo discriminação em relação às suas atividades profissionais. Além disso, as mulheres continuam sofrendo abusos e assédios morais e sexuais no ambiente de trabalho. Segundo a Agência Patrícia Galvão (2020), cerca de 40% das mulheres já foram xingadas ou ouviram gritos em ambiente de trabalho, contra apenas 13% dos homens.

Dessa forma, para que a equidade seja alcançada, é necessário que haja uma conscientização popular sobre a situação das mulheres não apenas no mercado de trabalho, mas na sociedade como um todo. Essa conscientização passa pelo exercício da cidadania, em que se deve exigir que os direitos que possuímos sejam praticados de fato. Nós, do Sintaema, permaneceremos na luta para garantir e ampliar o direito das mulheres nas empresas que representamos, sendo intransigentes com qualquer tipo de assédio e discriminação sofrida pelas trabalhadoras e cobrando das direções iguais oportunidade de ascensão na carreira.

Propostas

- Criação, pelo departamento de Políticas Sociais do Sintaema, de um canal adequado para receber denúncias de assédios morais e sexuais, com atividades regulares (como reuniões setoriais) para conscientização e apoio, além de acompanhamento de denúncias e acolhimento jurídico e psicológico da vítima;
- Fazer uma pesquisa sobre a situação das mulheres na categoria, para levantamento de quantidade, idade, nível de escolaridade, cargos que ocupam, bem como faixa salarial e outros dados relevantes para criar planos de ação que visem combater os efeitos do machismo na categoria;
- Construção de uma cartilha virtual e física sobre assédio sexual e moral específica para as mulheres da categoria.

QUESTÃO RACIAL

Histórico dos direitos raciais no mundo do trabalho no Brasil

Até meados do ano de 1888, o sistema econômico vigente no Brasil possuía a mão de obra escravizada como um dos seus pilares de sustentação. Os escravizados eram compostos por grupos raciais vistos como inferiores pelos colonizadores europeus, que chegaram ao País nos séculos 15 e 16 e implantaram uma dominação cultural sobre esses grupos.

Esses grupos eram compostos pelos povos originários e africanos e não possuíam nenhum direito fundamental. Considerando que a escravidão era o principal sustentáculo da sociedade colonial e imperial brasileira, a luta dos escravos representou uma tendência de ruptura interna nessa relação, que ao final do século 19 não poderia mais ser sustentada.

Essas lutas existiram desde o início da escravidão. O caso mais notório durante o período colonial foi a formação do Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, onde hoje se localiza o estado de Alagoas. Vários outros quilombos foram formados, não tão grandes, é certo, mas que mostraram sua importância, já que, a partir da fuga das fazendas, os escravos pretendiam criar uma ruptura com a escravidão, buscando a liberdade, o que foi reconhecido por lei em 1888, com a chamada Lei Áurea. Entretanto, apenas a liberdade passou a ser garantida após a abolição da escravidão, mesmo esses povos não possuindo nenhuma estrutura socioeconômica e tendo sido marginalizados e tratados como objetos por quase 400 anos.

Dessa forma, a inexistência de direitos que os protegessem e a falta de políticas públicas que os incluíssem socialmente dificultou a integração deles nos mais diversos âmbitos da sociedade, entre eles, o mercado de trabalho. Além disso, a discriminação racial e a visão de inferioridade construída pelos

colonizadores durante os séculos de escravidão faziam com que a elite política e econômica do País desejasse manter a disparidade entre trabalhadores negros e brancos.

Segundo o historiador brasileiro René Marc da Costa Silva, o trabalhador negro era visto como sinônimo de insuficiência, baixo conhecimento técnico, indisciplina, entre outros. Essas características preconceituosas eram atribuídas aos negros como sendo inerentes à sua existência. Ou seja, era como se pelo simples fato de uma pessoa ser negra ela consequentemente possuísse todas aquelas características.

Uma das manifestações dessa discriminação racial no âmbito do trabalho foi o processo imigratório iniciado no fim do século 19 no Brasil. A vinda de imigrantes europeus brancos foi promovida devido à ideia de que eram modelos de civilização e contribuiriam para o desenvolvimento nacional. Como no caso do Decreto Nº 528/1890, que somente permite a imigração de asiáticos e africanos com a autorização do Congresso Nacional.

A conquista por direitos trabalhistas

Assim, os negros iniciam o século 20 afastados de cargos e trabalhos de maior relevância. E acabaram sendo "empurrados" para ocupações mais desvalorizadas, como serviços domésticos e empregos informais. Além disso, muitos ex-escravos continuaram trabalhando nas lavouras e terras de seus antigos senhores, apenas com a diferença formal de ser um trabalhador livre. O historiador George Andrews relata que em São Paulo, nos anos de 1912 e 1913, estudos estimaram que 80% dos trabalhadores têxteis e do setor de construção eram estrangeiros.

Anos mais tarde, com a promulgação da Constituição de 1934, os direitos trabalhistas ganharam importância constitucional no país. A Constituição foi responsável por reconhecer totalmente a cidadania dos negros, ao garantir o seu direito ao voto. Dessa forma, os direitos trabalhistas conquistados também valiam para esses povos. Dentre as conquistas, destaca-se o estabelecimento do salário mínimo, da jornada de trabalho de oito horas, do repouso semanal, da indenização por dispensa sem justa causa e a criação da Justiça do Trabalho.

Em 1943, ocorreu o maior avanço legislativo em relação aos direitos trabalhistas no país – a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além de unificar os direitos já existentes, a CLT garantiu a proteção dos trabalhadores e novas conquistas legais, como a previdência social e a licença-maternidade.

Porém, os avanços não resultaram em uma diminuição da desigualdade racial no mercado de trabalho da época. Conforme o historiador René Marc da Costa Silva, na década de 1950 a força de trabalho não branca registrava 68,7% de sua participação no setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo). No setor industrial, houve um aumento de 3,7% de trabalhadores brancos, contra um aumento de apenas 2% de trabalhadores não brancos.

A Constituinte de 1988 e as medidas voltadas ao mercado de trabalho

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, fica definido o objetivo nacional de promover o bem de todos, sem qualquer forma de discriminação com base em origem, raça, gênero, cor e idade. Logo em seu preâmbulo, a Constituição refere-se à igualdade como um valor supremo da sociedade. Esse valor é reafirmado em seu artigo 5º, que expressa a igualdade de todos perante a lei e a garantia de direitos fundamentais como o direito à liberdade, à saúde, à segurança e ao livre exercício do trabalho.

Além disso, o artigo 7º diz respeito diretamente ao mercado de trabalho, garantindo os mesmos direitos aos trabalhadores urbanos e rurais. Seu inciso XXX determina a "proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil".

Para além da Constituição, outra medida legislativa visando diminuir as desigualdades étnico-raciais no mercado de trabalho foi elaborada em 2014. Conhecida como Lei de Cotas, a Lei nº 12.990 determina que 20% das vagas oferecidas em concursos públicos sejam destinadas a candidatos negros. Em 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a lei é constitucional. Contudo, com relação

às ações afirmativas relacionadas ao ingresso de grupos étnico-raciais no mercado de trabalho, não há uma lei que imponha a reserva de vagas para entidades privadas. Elas possuem a liberdade de instituir ou não programas de inclusão no combate à discriminação racial.

Diante desta realidade da falta de políticas afirmativas, tivemos um grande retrocesso no governo, com a extinção do Ministério da Igualdade Racial – o órgão que discutia as políticas públicas nas instâncias de governo, com objetivo de avançar e combater o racismo. Enfatizamos ainda o grande retrocesso da nomeação de Sérgio Camargo como representante da Fundação Palmares ao dilacerar a população negra e a própria fundação.

Quando se fala em políticas afirmativas, esperam-se ações contínuas e permanentes, que resguardem a dignidade e a reparação ao povo negro – desde a violência obstétrica, infantil e de jovens, que acabam recorrendo ao crime, gerando violência policial seletiva e alto grau de encarceramento de negros em relação aos brancos. Segundo o IBGE, o negro tem 2,6 vezes mais chances de ser assassinado do que um branco. O racismo institucional nega à população negra direitos básicos, como viver e trabalhar.

A realidade da discriminação racial no mercado de trabalho

Apesar dos progressos legislativos e jurídicos alcançados nos últimos tempos, a realidade dos grupos étnico-raciais, especialmente os negros, no mercado de trabalho ainda passa longe de ser a ideal. A exclusão social e econômica desses grupos por um longo período produziu efeitos que podem ser sentidos na sociedade até os dias de hoje.

De acordo com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, em 2015 a média do rendimento dos trabalhadores de cor preta ou parda era de pouco mais da metade (59,2%) do rendimento médio recebido pelos trabalhadores de cor branca. Há não apenas uma diferença salarial – mas também uma discrepância em relação à ocupação de cargos de maior qualificação e relevância.

É importante destacar que o Sintaema considera inadequada a divisão feita pelos institutos de pesquisa entre "pretos e pardos".

Isso também é observado a partir dos dados da pesquisa "Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil", realizada pelo Instituto Ethos. A pesquisa apurou que a população negra tinha participação de somente 34,4% em todo o quadro de pessoal no grupo de empresas analisadas. Esse percentual decresce progressivamente quando analisados os cargos de nível elevado, chegando a 4,7% no quadro executivo das empresas. Ou seja, quanto mais elevado o cargo (e com melhores salários), menor o percentual de negros ocupando esses cargos – situação diretamente relacionada com o grau de formação acadêmica, que só recentemente contou com a proposta mitigadora de cotas raciais.

Segundo o estudo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça" (2019-IBGE), os negros também correspondem ao maior percentual de desempregados (64%) e dos subutilizados (66%) no País. Fazendo com que quando analisadas tanto as ocupações formais quanto as informais, a diferença salarial entre brancos e negros chega a até 73%.

Além disso, importante destacar a questão de gênero em relação à discriminação racial no mercado de trabalho. De acordo com a pesquisa "Potências (in)Visíveis: A Realidade da Mulher Negra no Mercado de Trabalho" (2020), a maioria das mulheres negras não exerce trabalho remunerado no Brasil. E apenas 2% das que trabalham no mercado formal ocupam cargos de diretoria em empresas.

Outro fator que contribuiu para a desigualdade racial no mercado de trabalho foi a pandemia de Covid-19. Segundo dados do IBGE, os principais indicadores apontam que o desemprego aumentou mais entre os negros, representando uma taxa de aumento de 2,6% entre os pretos, 1,4% entre os pardos e apenas 0,6% entre os brancos. Os dados correspondem aos três primeiros trimestres do ano de 2020.

A discriminação racial na inserção dos negros no mercado de trabalho no Brasil desde o período pós-abolição da escravatura resulta nas diferenças e desigualdades existentes nos dias de hoje. A

conquista por direitos trabalhistas representou um avanço na proteção dos trabalhadores negros, que por muito tempo não possuíam nenhum tipo de garantia jurídica e legal. Porém, sozinhas as medidas legislativas não são capazes de alterar a situação socioeconômica atual desses povos.

Hoje, vemos o crescimento dos movimentos de autoafirmação do povo preto, de valorização da cultura afro-brasileira e de busca de espaços para debate do racismo estrutural arraigado na sociedade brasileira. Nesse sentido, cabe destacar a conquista do Dia Nacional da Consciência Negra – data que contribui para a reforçar a luta pela igualdade racial.

Dessa forma, políticas públicas e esforços da sociedade em compreender a situação de vulnerabilidade desses grupos são importantes, bem como iniciativas para combater a discriminação racial. Isso porque a desigualdade não será eliminada a menos que todas as estruturas e todos os obstáculos que a mantêm sejam enfrentados e superados.

QUESTÃO LGBTQIA+

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuadas e +

É de conhecimento geral que a crise que vivemos no Brasil nos últimos anos traz números cada vez mais preocupantes com relação à taxa de desemprego. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, o país atingiu o índice de 14,6% de desempregados.

Quando falamos em relação às minorias, o resultado é ainda mais alarmante, uma vez que essas pessoas sofrem diariamente com o preconceito, exclusão, violação de seus direitos e dificuldade de acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Quais são as dificuldades dos LGBTQIA+ para ingressar no mercado de trabalho?

Apesar de ocorrer no Brasil uma luta constante para que haja uma legislação mais rigorosa contra a homofobia e preconceitos de gênero, o que os dados mostram é alarmante, especialmente no que diz respeito à comunidade LGBT no mercado de trabalho. Como dissemos, encarar o mercado de trabalho e arrumar um bom emprego é difícil até mesmo para os heterossexuais. Entretanto, para os LGBT's o desafio é muito maior.

Em virtude dessa dificuldade, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Center for Talent Innovation, 61% de funcionários gays e lésbicas decidem por esconder sua sexualidade de gestores e colegas em razão do medo de perderem o emprego. A referida pesquisa ainda demonstrou outros dados preocupantes:

- 33% das empresas do Brasil não contratariam para cargos de chefia pessoas LGBT;
- 41% dos funcionários LGBT afirmam terem sofrido algum tipo de discriminação em razão da sua orientação sexual ou identidade de gênero no ambiente de trabalho;
- 90% de travestis se prostituem por não terem conseguido nenhum outro emprego, até mesmo aqueles que têm boas qualificações.

Para pensarmos sobre a inserção das pessoas LGBTTQIA+ no mercado de trabalho, é importante antes refletirmos por que precisamos pensar sobre isso. Por que essas pessoas têm maior dificuldade de acessar trabalhos formais para prover seu próprio sustento e de suas famílias? O que torna essas pessoas diferentes – quase que outra categoria de seres humanos – das pessoas cisgêneras e heterossexuais?

Convidamos a refletir sobre alguns aspectos da formação do senso comum da nossa sociedade, como por exemplo, a concepção dos papéis de gênero.

Quando falamos de mulheres e homens, nossa tendência é pensar que sempre foram e agiram como hoje. Quando alguém diz "Isso é coisa de mulher", em geral não se dá conta de que está considerando

universal e atemporal uma característica peculiar. O que é próprio do feminino e do masculino é tudo aquilo que cada sociedade assim convencionou. Mas mesmo essa divisão não é estática. Há algumas décadas não veríamos um homem usando brinco ou trocando fraldas de criança, fazendo comida ou limpando a casa, assim como raramente teríamos notícia de uma mulher usando calça comprida, trabalhando fora de casa, sendo chefe de uma família.

Essas mudanças todas passaram a ocorrer porque, num determinado momento e no rastro do acúmulo de muitas lutas sociais, especialmente a do movimento feminista, passou-se a questionar a desigualdade existente entre mulheres e homens. Até então a explicação científica era meramente biológica: devido aos cromossomos X e Y, cujas combinações XX e XY produzem não só um pênis ou uma vagina, mas também hormônios (testosterona e progesterona) em diferentes proporções, o comportamento sempre foi visto como "naturalmente" diverso – e disso adviria a propensão a desempenhar funções distintas, "masculinas" ou "femininas", com a respectiva atribuição de um lugar próprio no seio da sociedade.

Assim, de acordo com o senso comum, a conduta de mulheres e homens se origina de uma dimensão natural inscrita nos corpos – tal como ocorre com os animais, denominada "instinto", que seria a base de um tipo de personalidade e de um padrão de comportamento que se repetiria, monotonamente, em todos os seres femininos e masculinos. No entanto, o papel que a biologia desempenha na determinação de comportamentos sociais é fraco, pois a espécie humana é essencialmente dependente da socialização.

O que cada pessoa é ou deixa de ser tem muito mais a ver com a maneira como foi tratada e inserida no meio social. Desse modo, o conceito de gênero também nos ajuda a compreender que essa maneira de organizar a sociedade – dividida nesses dois jeitos de ser: mulher e homem, feminino e masculino – gera preconceito e discriminação em relação aos homens também. Do mesmo modo que a cultura constrói um jeito de ser feminino como sendo a maneira "correta" de ser mulher, constrói também um jeito de ser masculino, isto é, a forma "ideal" de ser homem. Só que existe uma gama imensa de possibilidades de ser mulher e de ser homem que não é nem certa nem errada: são apenas jeitos diferentes de existir como seres humanos.

Em primeiro lugar, existe uma contradição: por um lado, as mulheres ocupam socialmente posição inferior à dos homens; por outro, por exemplo, o sistema educacional é, hoje, majoritariamente composto e gerenciado pelo sexo feminino! Outra contradição notável é que, de cada dez pessoas que completam o ensino superior, seis são mulheres e, na média, elas possuem mais anos de estudo. No entanto, apesar dessa maior escolarização, elas praticamente não ocupam cargos superiores e recebem salários mais baixos que os dos homens, mesmo em funções semelhantes às deles.

A esse quadro geral de desigualdades, a teoria feminista denominou relações de gênero, entendendo essa expressão como uma ferramenta para trazer à luz elementos não visíveis da ordem social, uma vez que eles foram "naturalizados", isto é, passou-se a considerá-los como inerentes à constituição dos seres humanos. Assim, o conceito de gênero se destina a questionar a hegemonia masculina, que impõe a subordinação das mulheres, fazendo com que tudo (ou quase) que remeta ao mundo dos homens seja melhor ou superior ao universo feminino".

Aliado a isso, podemos compreender que parte do preconceito contra pessoas homossexuais parte do próprio papel de gênero, ou seja, os indivíduos dessa categoria social – os homossexuais – passam a ser vistos como doentes, pervertidos e pecadores. "Com relação aos do sexo biológico masculino, essa visão baseava-se em dois argumentos: seu comportamento social não era o que se esperava dos homens; e o desejo de serem penetrados na relação sexual os tornava passivos. Ou seja, em ambos os casos eles abriam mão de seu poder de 'macho' para se sujeitarem ao suposto e imposto papel inferior das mulheres".

Por sua vez, mulheres que se relacionam com outras mulheres não estão cumprindo com seu papel social de procriar, de cuidar (do homem e das crianças) e de se submeter à autoridade masculina. "Por isso toda vez que alguém tem uma atitude considerada imprópria a seu sexo, a vigilância heterossexista faz disparar um alarme para que a pessoa retorne ao 'normal'. O grande problema que temos à nossa frente com esse estado de coisas é que se estabelece aqui uma grande confusão entre o comportamento e o desejo. De maneira quase automática – e sem perceber que se trata da imposição

de uma norma –, produz-se a crença de que quem se portar em desacordo com seu sexo irá também automaticamente se identificar como pertencente ao outro sexo e, em função disso, desejará alguém do mesmo sexo. A confusão se dá entre dois conceitos: identidade de gênero e orientação sexual."

Se voltarmos a nos debruçar sobre a inserção da comunidade LGBTTQIA+ no mercado de trabalho sob a perspectiva aqui apresentada, veremos que muitas profissões estão atreladas aos papéis de gênero. Por exemplo: para executar serviços de limpeza, preparo de alimentos e cuidado com crianças e até educação de crianças, relacionamos essas funções diretamente ao papel feminino, pois são atividades que exigem cuidado, concentração e sensibilidade. Se pensarmos em trabalhos como instalações elétricas, instalações hidráulicas ou construções, relacionamos diretamente ao papel masculino, pois remetem ao raciocínio lógico e à força física. A partir do momento que alguns indivíduos não reproduzem os papéis de gênero estabelecidos, eles são considerados inaptos a realizar as tarefas designadas a ambos os gêneros.

A situação da comunidade LGBTQIA+ durante a pandemia

Seis em cada dez pessoas LGBTQIA+ tiveram diminuição de renda ou perderam o emprego por causa da pandemia da Covid-19, de acordo com estudo feito pela plataforma #VoteLGBT com a Box1824. A taxa de desemprego entre as pessoas que integram a comunidade é de 17,15%, mas, quando analisadas apenas as pessoas trans, o percentual sobe para 20,47%. Com a perda de renda causada pela pandemia, 41,53% da população LGBTQIA+ está em situação de insegurança alimentar. Em relação às pessoas trans, o percentual sobe para 56,82%.

Mas não foi apenas a pandemia que impactou na entrada de pessoas trans no mercado de trabalho. Segundo mapeamento da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, por exemplo, apenas 13% das travestis e 24% das mulheres transexuais moradoras da cidade declararam possuir trabalho formal.

Por conta do preconceito, a situação se torna mais precária. Dados de mortalidade refletem a intolerância no país: segundo a plataforma Trans Murder Monitoring (TMM, Monitor de Assassinatos de Pessoas Trans, em tradução livre), uma iniciativa da ONG Transgender Europe, o Brasil é o país que mais mata mulheres trans e travestis no mundo. De acordo com o Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, feito por Acontece LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia, 161 mulheres trans e travestis foram assassinadas no País em 2020. O número é o maior entre as pessoas LGBTQIA+ e representa 67,9% do total de mortes de pessoas integrantes da comunidade assassinadas em 2020.

Em uma enquete sobre empregabilidade trans realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em dezembro de 2020, 94% dos entrevistados informaram que acreditavam que o mercado de trabalho não está realmente aberto e comprometido com a contratação de pessoas trans.

Propostas

- Construção de uma cartilha virtual sobre a Questão LGBTQIA+;
- Maior participação de pessoas trans/travesti nos debates em espaços do Sindicato, para aumento da representatividade.

BALANÇO DA GESTÃO

(2019 a agosto de 2021)

Em 2018, observando o momento político, complicado e desfavorável à classe trabalhadora pelo qual o Brasil passava, formamos a chapa "Unidade e Muita Luta", composta por forças políticas que se uniram em prol da luta maior dos trabalhadores e hoje dirigem o Sintaema. Apresentamos aqui um balanço da gestão que se inicia em 2019 e vai até os dias atuais para o nosso 10º Congresso da categoria.

Além da dificuldade normal de se fazer a luta de classes dentro do sistema capitalista, neste mandato elas, as dificuldades, foram potencializadas por dois elementos adicionais: um governo federal

fascista, antipovo, anticiência, destruidor de direitos trabalhistas e do meio ambiente; e a pandemia do novo coronavírus, que ceifou a vida de mais de 600 mil brasileiros, pandemia que só tem paralelo com a pandemia da "Gripe Espanhola" que aconteceu um século atrás.

Os atrasos na imunização causados pelo negacionismo do governo federal e suspeitas de corrupção em torno da compra das vacinas são responsáveis por grande parte das perdas humanas no Brasil. Além disso, favoreceram o desenvolvimento e a disseminação de novas variantes do coronavírus, amplificando a pandemia. A falta de medidas eficazes no combate à pandemia também prejudicou a economia, aumentou o desemprego e aprofundou a crise, que já era bastante grave mesmo antes da pandemia, causando o fechamento de empresas e comércios.

Infelizmente, tivemos perdas dentro de nossa categoria devido à Covid-19! Desde o início da pandemia o foco principal do Sintaema foi o de proteger a vida e a saúde dos trabalhadores da categoria. Assim, nos reunimos com grande frequência com os representantes das empresas para a criação de protocolos de segurança, e para garantir que estes fossem cumpridos. Lutamos no âmbito geral para que todos os trabalhadores e trabalhadoras do país tivessem acesso à vacina o mais rápido possível, mas também, já que a quantidade de vacinas era insuficiente para todos, e como nossa categoria presta um serviço essencial, lutamos junto à direção das empresas e junto a parlamentares para que nosso pessoal da linha de frente fosse priorizado na imunização.

Nesse contexto, o Sintaema disponibilizou seu Departamento Jurídico para abertura de CAT em casos de Covid-19 adquirida no trabalho. Por conta da articulação do Sintaema, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB/SP) apresentou o Projeto de Lei 1.684/2021, que pretendia incluir os trabalhadores em saneamento no grupo prioritário da vacinação contra o Covid-19.

Para conscientizar os trabalhadores e trabalhadoras da Sabesp sobre a importância de tomarem a vacina contra a Covid-19, o Sintaema realizou uma assembleia informativa. Ainda na incansável luta para incluir os trabalhadores da categoria – principalmente os da linha de frente – como prioridade no Plano Estadual de Imunização contra a Covid-19, o Sintaema ingressou com uma Ação Civil Pública contra o Estado de São Paulo.

Com a pandemia surgiram novas modalidades de trabalho, como o home-office e o teletrabalho, o que também foi acompanhado desde o início pelo sindicato para garantir as condições necessárias de proteção e saúde tanto para os trabalhadores presenciais quanto aos que trabalharam em casa. Essa mesma preocupação foi estendida aos trabalhadores terceirizados e prestadores de serviços que atuam nas empresas. No retorno presencial, o Sintaema tem reiterado junto às empresas de que aguardem o cumprimento de todo o ciclo vacinal após a segunda dose e as devidas condições de saúde e segurança no trabalho para esse retorno.

Durante a pandemia, o Sintaema atuou intensivamente. Como o contato presencial e os meios convencionais não eram possíveis, tivemos que encontrar o caminho. Reuniões, lives e assembleias on-line tornaram-se uma constante e ainda fazem parte desse novo modo de trabalhar. Tivemos que nos inteirar das ferramentas virtuais disponíveis para que a luta não cessasse e prosseguisse ainda que à distância, e não cessou!

Aos poucos o trabalho presencial está voltando. Porém, toda a precaução ainda é pouca. Portanto, vamos continuar nos cuidando!

SINTAEMA NAS LUTAS GERAIS

Reforma da Previdência

Não bastasse o trator que em 2017 passou por cima de conquistas históricas na CLT com a reforma trabalhista, em 2019 as centrais sindicais e parlamentares de oposição travaram uma dura batalha contra a reforma da Previdência, que veio para atender aos interesses do capital. No dia 14 de junho de 2019, após um intenso processo de lutas e organização, participamos ativamente da greve geral contra a reforma da Previdência, que mobilizou mais de 40 milhões de trabalhadores em todo País. Fizemos bonito: em todas as regiões do estado de São Paulo onde o Sintaema atua, a adesão foi maciça.

Infelizmente, com a correlação de forças desfavorável aos trabalhadores, a reforma foi aprovada e promulgada em novembro de 2019. Com a ajuda de parlamentares da oposição, a reforma sofreu algumas modificações do projeto original no sentido de não cortar alguns direitos, como a continuação da idade mínima de 15 anos de contribuição para mulheres (que no projeto do presidente Bolsonaro seria de 20 anos) e a capitalização também pretendida pelo governo, no qual o trabalhador teria que fazer sua própria aposentadoria. O Sintaema, por meio de seu Departamento Jurídico, fez matérias esclarecendo as mudanças e exposições sobre o assunto aos trabalhadores pelos advogados e diretores.

Atos e protestos

O Sintaema tem tradição de estar presente em todas as grandes lutas da classe trabalhadora brasileira, e nessa gestão não foi diferente. Antes do início da pandemia, quando as atividades presenciais ainda eram permitidas, nós participamos de vários protestos, como o Ato contra o Desemprego e o Desmonte dos Direitos Trabalhistas, Ato contra o Desmonte do INSS, Ato em Defesa da Justiça do Trabalho, Ato em Defesa da Educação, na Greve Geral contra a reforma da Previdência, Ato em Solidariedade a Cuba, Apoio à Luta dos Servidores Municipais de São Paulo e outras manifestações.

E mesmo durante a pandemia, além de participar de manifestações on-line, como no Manifesto em Defesa do Passe Livre para todos os idosos e aposentados e no Ato em Defesa do Patrimônio Público, sobre o nefasto PL 529/20, o Sintaema e a CTB foram às ruas levantar as bandeiras contra a privatização da Cedae/RJ, Ato em Defesa dos Metroviários e seu Sindicato, Ato Consciente em Defesa dos Trabalhadores Essenciais, Dia de Luto, Dia de Luta, Ato Solidário com Arrecadação de Alimentos em Defesa dos Trabalhadores dos Correios e no Manifesto em Defesa da Vida, dos Serviços Públicos, da Geração de Emprego, Renda e Trabalho Decente.

Mais recentemente fomos às ruas contra a terrível PEC 32 da reforma administrativa, entre outros protestos, sempre com todos os cuidados: máscara, distanciamento e álcool em gel.

Atividades do sindicato

Frente ao desastre de governo que já no primeiro ano mostrava a que veio e o prenúncio do que poderia vir pela frente, o Sintaema realizou o Congresso Extraordinário "Organizar para resistir e fortalecer a luta contra os ataques à classe trabalhadora", em novembro de 2019.

Diferentemente dos anos anteriores, em 2021 a solenidade de posse dos delegados sindicais e suplentes eleitos para o mandato 2021-2023 da Sabesp, Cetesb, Fundação Florestal, SAEG, Semasa e BRK Ambiental de Mauá foi totalmente virtual.

O Sintaema sempre esteve envolvido nas questões ambientais e da água. Para representar o segmento da sociedade civil no Comitê da Bacia do Pontal do Paranapanema, o sindicato foi conduzido à vice-presidência do Comitê, tendo como representante o advogado aposentado da Sabesp e ex-diretor do sindicato, Roberto Tadeu Miras Ferron, que vem desenvolvendo um ótimo trabalho em defesa dos recursos hídricos.

Nesta luta pela preservação dos recursos hídricos, o Sintaema é integrante ativo do Ondas (Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento), que completou dois anos em 2021 somando esforços no empenho contra a privatização da água e dos serviços públicos de saneamento.

Para fortalecer a luta, o sindicato vem fazendo campanhas de sindicalização, como em 2019, com entrega de brindes para associados que trouxessem mais trabalhadores para o Sintaema e sorteio de prêmios. Neste ano, fizemos novo sorteio de prêmios.

SABESP

A luta contra a privatização do saneamento

A luta pelo saneamento público, universal e de qualidade e, em especial, a luta contra a privatização da Sabesp fazem parte da nossa história. Porém, neste último período, a batalha foi acirrada, com sucessivos projetos e medidas provisórias que ameaçam o setor, como as MP's 844 e 868/18, o PL 3261/19 e, por fim, o PL 4.162/19, que foi aprovado, culminando na mudança do marco regulatório do

saneamento, em 2020, que escancara as portas do setor à iniciativa privada e passou a vigorar como a Lei Nº 14.026/20.

O Sintaema fez dezenas de viagens a Brasília, gestões junto a parlamentares da oposição que atuaram com vigor contra os projetos em pauta e, depois, contra as mudanças no marco regulatório. Houve muitos protestos, audiências públicas, encontros com prefeitos, atos públicos, abaixo-assinados, carta aos deputados e um vasto material mostrando à população os malefícios da privatização do saneamento.

Vale ressaltar a luta ferrenha contra o veto do presidente Bolsonaro ao artigo 16 na sanção do novo marco regulatório do saneamento, que permite que os contratos de programa em vigor entre municípios e estatais possam ser renovados por 30 anos, desde que as partes entrem em acordo até 31 de março de 2022 e a estatal comprove capacidade econômico-financeira de universalizar os serviços até 31 de dezembro de 2033. Infelizmente, o veto não foi derrubado.

Às vésperas das eleições municipais, em 2020, o Sintaema fez uma importante campanha junto aos candidatos a prefeitos e vereadores com a assinatura de uma carta-compromisso de manter o saneamento público na cidade por meio da Sabesp. Agora, o fantasma da privatização voltou a assombrar. O deputado federal Rodrigo Maia assumiu a Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas e disse que a prioridade é privatizar a Sabesp.

Imediatamente o Fórum das Entidades, do qual o Sintaema é membro, emitiu um Manifesto contra mais esse ataque e enviou para as redes, prefeitos e deputados. Com tudo isso, enquanto o governo estadual está em dúvida se privatiza a Sabesp ou não, já que é uma companhia de excelência, a maior da América Latina e que dá ótimos lucros, a nossa luta pela preservação da nossa empresa como patrimônio público continua.

Agora, a luta contra a privatização da Sabesp se deslocou para a arena municipal. Temos feito embaixadas junto às prefeituras e câmaras de vereadores com o intuito de obter apoio político pela continuidade da Sabesp pública, e felizmente temos obtido muitos êxitos, com vários prefeitos e vereadores se manifestando em nosso favor, inclusive com a aprovação de várias moções de repudio à privatização da empresa.

Plano de saúde

No início de 2019, a Sabesp apresentou dados preocupantes sobre os Planos de Saúde da Sabesprev. A partir desse ponto, o Sintaema desenvolveu uma importante luta para salvar os planos. Nosso objetivo foi o de garantir que os trabalhadores mantivessem esse importante benefício com a mesma qualidade de atendimento e sem que os preços inviabilizassem a participação, principalmente dos que ganham menos. Nosso intuito foi alcançado com a implantação do novo plano de saúde, que em princípio foi o Funcesp, e posteriormente o atual Vivest.

Recentemente conseguimos obter mais avanços no plano dos trabalhadores da ativa com a redução dos valores de coparticipação, aumento do número de consultas sem coparticipação e isenção em alguns exames, entre outros. O Sintaema tem assento na comissão de saúde e continua na luta para que o plano atenda às necessidades dos trabalhadores e suas famílias com o mesmo padrão de qualidade.

Sabesprev

Para representar os interesses dos trabalhadores no Plano de Previdência da Sabesprev, os companheiros Miguel Angelo Ferreira Teixeira e Hilton Marioni dos Santos foram eleitos, em 2019, para os Conselhos Deliberativo e Fiscal. Em 2020, também foram eleitos os companheiros Carlos Aurelio Fiorindo, como suplente no Conselho Deliberativo, e Norberto Pereira Maia, diretor do Sindicato dos Advogados, para o Conselho Fiscal.

Se cortar vamos parar

O Sintaema promoveu a campanha "Se cortar vamos parar" com debates e protestos nas áreas sobre o assunto frente ao corte dos adicionais de insalubridade e periculosidade de alguns trabalhadores.

Graças aos protestos dos trabalhadores e pressão do Sintaema, a empresa recuou, suspendeu os cortes e determinou o retorno imediato do pagamento dos companheiros que tiveram o adicional retirado.

Vale frisar que as mudanças nas Normas Reguladoras (NR's) no governo nefasto de Bolsonaro, com o objetivo de baratear a mão de obra, foi outra questão levantada e debatida pelo sindicato com os trabalhadores.

Semasa

Com o apoio do Sintaema, os trabalhadores da Semasa, empresa que atua na Sabesp de Santo André, conseguiram importante avanços, como o pagamento do vale-refeição nas jornadas extras e a equiparação do vale-refeição e vale alimentação, inclusive nas férias e depois da segunda hora-extra.

Conquistas no período

Graças à atuação do Sintaema os trabalhadores que recebiam kit de desinfecção para lavar os uniformes em casa hoje estão prestes a ter seus uniformes lavados pela empresa.

Durante o difícil período de pandemia, o Sintaema conseguiu a renovação do acordo coletivo e, enquanto outras categorias pediam direitos conquistados há décadas, nós mantivemos todas as conquistas sem nenhum direito a menos, repasse da inflação em 2020, substanciais melhorias no plano de saúde, implantação do PPP digital, antecipação da segunda parcela do 13º salário e aumento no auxílio-creche (conforme os filhos de trabalhadoras do CCI vão atingindo a idade-limite, o valor será distribuído para as mães das quais os filhos ainda recebem o auxílio), o pagamento da PPR em 2019 e 2020 e a aplicação do plano de cargos e salários.

Depois de muitos anos de luta conseguimos viabilizar a eleição para o Conselho de Administração e eleger nosso candidato, Ronaldo Coppa, com 4.578 votos, o que representa 70,1 % dos votos válidos. Ter um representante no Conselho será fundamental contra a privatização da empresa.

CETESB

Diante de um governo federal destruidor do Meio Ambiente, que teve à frente do Ministério até meados do ano de 2021 nosso velho conhecido Ricardo Salles, e de um governo estadual que não valoriza os trabalhadores do Meio Ambiente, nossos companheiros e companheiras da Cetesb atravessam um período difícil. As negociações não avançaram nos últimos dois anos e o sindicato tem recorrido à Justiça do Trabalho.

Desde 2020, os trabalhadores não têm reajuste salarial e sequer a cesta de Natal foi concedida. O governo alega que segue o decreto que proíbe reajustes para os trabalhadores de empresas dependentes do Estado durante a pandemia, o que vem frustrando as campanhas salariais. O retrocesso foi tanto que o governo Doria suspendeu o PPR e o Plano de Cargos e Salários.

Frente a esse descalabro, neste ano os trabalhadores realizaram uma greve exemplar, que culminou em audiências virtuais no TRT. A empresa reafirmou que reconhece a data-base, mantém as cláusulas sociais e sindicais até 2023, porém não aceitou a proposta do Tribunal de reajuste nos salários e benefícios.

Porém, vale pontuar duas importantes conquistas: o Acórdão que julgou o dissídio coletivo referente à data-base de maio de 2019 deu vigência de quatro anos para as cláusulas sociais que estarão em vigor até 30 de abril de 2023, inclusive a garantia no emprego, e o Plano Odontológico Metlife para todos os trabalhadores e trabalhadoras da Companhia.

Os dissídios aguardam julgamento, e o Sintaema está atuando com firmeza na defesa de um acordo para os companheiros e companheiras da Cetesb.

Fundação Florestal

Totalmente na contramão da sustentabilidade e da pesquisa científica, o governo estadual ameaçou extinguir a Fundação Florestal em agosto de 2020. Imediatamente, o Sintaema enviou ofício ao secretário estadual de Meio Ambiente cobrando explicações e em defesa da Fundação Florestal e de seus trabalhadores, que prestam um serviço de valor imensurável na conservação e defesa dos parques, das Unidades de Conservação, áreas de proteção ambiental e estações ecológicas do estado.

Enquanto o Sintaema já iniciava uma luta contra essa intempestiva e descabida intenção do governo privatista de Doria, ambientalistas, biólogos, advogados, engenheiros, médicos, professores, ecologistas, parlamentares e dezenas de outros profissionais assinavam o "Manifesto contra a extinção da Fundação Florestal e em defesa da natureza, do bem-estar humano e das unidades de conservação, sob responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo".

Depois de toda a pressão do Sintaema, de entidades ambientalistas e da sociedade, o governo Doria recuou de sua proposta indecente de extinguir a Fundação Florestal e a retirou do PL 529/2020. Ainda assim o Sintaema continuou na luta contra o projeto em apoio às demais instituições públicas paulistas, mas infelizmente o projeto foi aprovado e outras fundações, institutos e autarquias foram extintos.

Apesar de todo o descaso do governo estadual com nossos companheiros e companheiras da Fundação Florestal, esses trabalhadores continuam desenvolvendo um ótimo trabalho na defesa da fauna e flora dos parques estaduais. Muitas vezes os guarda-parques precisam enfrentar caçadores e garimpeiros que entram no parque, e não foram poucas as apreensões de armas, armadilhas e palmito-juçara.

Nessa gestão, houve resgate de aves e animais silvestres por esses trabalhadores, e ainda assim não são valorizados. Infelizmente, em uma dessas fiscalizações houve um ataque de bandidos ao grupo e um guarda de uma empresa terceirizada que acompanhava nossos companheiros foi atingido e veio a óbito, o que revoltou e indignou a todos porque mostra a falta de segurança desses trabalhadores em sua digna tarefa de proteger o meio ambiente.

O Sintaema luta para que esses trabalhadores sejam valorizados e tenham condições e ferramentas de trabalho à altura, como a liberação de viaturas novas, por exemplo. Durante a pandemia, preocupado com a saúde e proteção dos companheiros da Fundação, o Sintaema se reuniu várias vezes com a direção da empresa para averiguar as condições de trabalho, tanto presencial quanto virtual.

O sindicato reivindicou a adoção de mais medidas de prevenção ao novo coronavírus durante a pandemia para proteger melhor os trabalhadores, entre outros importantes pleitos. Graças ao empenho do sindicato e luta dos trabalhadores, conseguimos a renovação do convênio médico e medidas de proteção aos guarda parques na pandemia.

Vale ressaltar e parabenizar os companheiros da Fundação Florestal na Operação Corta-Fogo – que, juntamente com outros órgãos, estiveram atuantes no combate aos incêndios criminosos causados por baloeiros na Reserva do Juquery. O incêndio somente foi controlado depois de quatrodias, e infelizmente consumiu 80% do parque e matou diversos animais, causando dor e indignação em quem valoriza o meio ambiente.

EMPRESAS PRIVADAS E SAEG

Hoje o Sintaema representa os trabalhadores e trabalhadoras de cerca de 80 empresas privadas, uma importante conquista para esses companheiros que não tinham uma entidade que os defendesse. Com muita dedicação e apoio desses trabalhadores, o Sintaema vem conseguindo implantar benefícios e avançar nas questões salariais e de melhorias para os trabalhadores e trabalhadoras dessas empresas de saneamento e meio ambiente, inclusive lutando para que muitos tenham PLR e convênio médico.

Nesta gestão, juntaram-se a nós na luta os trabalhadores da Águas de Casa Branca, GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento, Grupo GS Inima Brasil, Sesamm, Ambient Ribeirão Preto, Sanel, Orizon, e Águas de Tuiuti, entre outros.

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, DEPARTAMENTO DE ESPORTE, CULTURA E LAZER, POLÍTICAS SOCIAIS E DEPARTAMENTO DOS APOSENTADOS

Por conta da pandemia da Covid-19, o Departamento dos Aposentados, de Saneamento e Meio Ambiente, de Políticas Sociais e o de Esporte foram muito prejudicados. Desde a metade de março de 2020 até outubro deste ano, as atividades ficaram suspensas. Somente os departamentos de Políticas Sociais e o de Saneamento e Meio Ambiente conseguiram prosseguir com alguns eventos, porém todos on-line.

Em 2019, um ano antes do início da quarentena, esses departamentos realizaram eventos presenciais marcantes, palestra no Dia da Água (pelo Departamento de Saneamento e Meio Ambiente) e o Baile do Dia das Mães na Colônia (pelo Departamento de Esporte), entre outros.

DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO

A formação política dos dirigentes e da categoria sempre esteve entre as principais questões para o Sintaema. Apesar da pandemia, nosso Departamento de Formação funcionou intensamente – com cursos e encontros presenciais antes do início da crise sanitária e depois no formato virtual.

Promovemos em toda reunião de diretoria algum tipo de atividade de formação, em geral com palestras e debates sobre os temas da política nacional ou internacional, do setor ou sobre questões trabalhistas. Firmamos convênio com o CES (Centro de Estudos Sindicais), que estruturou cursos para nossos diretores, delegados e ativistas, além de promover semestralmente cursos de atualização com carga horária maior e seminários sobre assuntos específicos. Promovemos a compra e a ampla distribuição de livros para os delegados sindicais e ativistas.

AVANÇOS NO SINTAEMA

Nesta gestão, o Departamento Jurídico do sindicato ampliou os serviços para a categoria oferecendo também atendimento na área bancária e de direito do consumidor. Durante a pandemia, o atendimento jurídico também se deu por videoconferência para facilitar a comunicação entre o trabalhador e o sindicato, inclusive na área previdenciária.

Também conseguimos uma importante conquista para os associados e seus dependentes: o Sintaema passou a gerir o plano odontológico Odontoprev, antes administrado pela Sabesp e oferecido somente aos seus trabalhadores.

Outra conquista foi a instalação de um elevador na sede para facilitar o acesso de idosos e de pessoas com dificuldade de locomoção a todos os andares do prédio. Também foram realizadas diversas manutenções, pintura geral interna e externa, atualização das documentações do prédio e diversas melhorias para o melhor conforto na utilização da Sede.

Pensando em oferecer mais benefícios aos associados, o Sintaema assinou contrato com a "Tem Convênios", uma empresa especializada em captar parcerias e convênios com descontos especiais na compra de produtos ou serviços junto a empresas, estabelecimentos e profissionais liberais.

O Sintaema está em tratativas finais para oferecer aos associados o convênio com a SBEL, uma cooperativa instalada na sede do Sindicato dos Eletricitários que comercializa alimentos e produtos com preços bem abaixo dos praticados pelos mercados convencionais.

A LUTA CONTINUA

Vamos seguir nos fortalecendo para enfrentar todos os desatinos do governo Bolsonaro em sua ânsia de retirar direitos e conquistas dos trabalhadores, dos aposentados e do povo brasileiro, principalmente das minorias, bem como lutar contra sua política destruidora do Meio Ambiente. As manifestações "Fora Bolsonaro" têm mostrado o quanto o povo brasileiro está ávido pela saída deste que somente semeou o ódio, mentiras e golpeou o povo ao não priorizar as vacinas.

Em São Paulo, vamos intensificar a batalha contra mais uma investida do governo Doria em privatizar nossa Sabesp, continuar o enfrentamento pela conquista de bons acordos coletivos e valorização de todos os trabalhadores da categoria, com avanços e sem nenhum direito a menos.

Enfatizamos aqui o precioso e imensurável trabalho desenvolvido pela nossa categoria em prol da sociedade e de sua saúde. Trabalhadores que nos fornecem a água tratada, que despoluem rios, que fiscalizam nossas praias e a qualidade do ar, que protegem a fauna e a flora de nossos parques, entre tantas outras tarefas fundamentais para o saneamento e meio ambiente. Estão todos de parabéns!

E a luta continua!

MOÇÕES DO 10º CONGRESSO DO SINTAEMA

(Aprovadas na Plenária Final do Congresso, em 5 de dezembro de 2021)

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO JAIR BOLSONARO

Seja por seu caráter democrático, seja ainda mais pela criação de grupos de trabalho específicos, o 10º Congresso do Sintaema reafirma seu compromisso com todas as lutas contra a discriminação na sociedade brasileira.

Infelizmente, o governo Jair Bolsonaro, com seu discurso e suas práticas, virou porta-voz das causas mais reacionárias, atacando mulheres, negros, LGBTQIA+ e outros segmentos historicamente negligenciados e discriminados.

Apesar do cargo que ocupam, figuras como a ministra Damares Alves (da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) e o presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, além do próprio Bolsonaro, personificam essas visões atrasadas, preconceituosas e criminosas.

É fundamental que todo e qualquer projeto de salvação do Brasil, num futuro pós-Bolsonaro e pós-pandemia, seja efetivamente emancipador, democrático e justo, valorizando todas as lutas contra a discriminação.

Pela igualdade, contra a injustiça!

Fora, Bolsonaro!

São Pedro, 5 de dezembro de 2021

Os delegados do 10º Congresso do Sintaema

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE À OCUPAÇÃO "MARIELLE VIVE"

Os(as) d'elegados(as) presentes ao 10º Congresso do Sintaema repudiam, veementemente, a tentativa insensível e arbitrária de reintegração de posse da área da ocupação "Marielle Vive", em Valinhos (SP), em plena pandemia de Covid-19.

Desde 2018, 450 famílias, sob a liderança do MST, transformaram a Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários Ltda. – improdutiva e ociosa – numa referência de ocupação bem-sucedida, exercendo o que o Direito qualifica como "função social da propriedade". O local já chegou a abrigar quase 800 famílias antes da pandemia.

Seus integrantes investiram na produção e no comércio de cestas agroecológicas, que chegam a ser vendidas até em feiras de outras cidades, garantindo o sustento dessas e de outras famílias. Na corajosa e justa resistência da ocupação, um morador, Luis Ferreira da Costa, de 72 anos, chegou a ser morto após ser atropelado por um motorista que, criminosamente, avançou contra os ocupantes.

A forma como a possível reintegração vem sendo alardeada põe em risco a segurança e até mesmo a vida dessas 450 famílias – incluindo 150 crianças –, num período que, além da pandemia, envolve crise econômica, desemprego, carestia e avanço da fome. Por tudo isso, o Sintaema reitera o apoio não só à ocupação "Marielle Vive" – mas a todas as ocupações que lutam pela sobrevivência e dignidade de seus integrantes. Recebam nossa solidariedade a essa heroica luta!

São Pedro, 5 de dezembro de 2021

Os delegados do 10º Congresso do Sintaema

10º CONGRESSO DO SINTAEMA

SÃO PEDRO-SP, DE 03 A 05/12/2021

ORGANIZAR A LUTA, DEFENDER A DEMOCRACIA E RECONSTRUIR OS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA!